

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**THIANE SILVEIRA DE ÁVILA**

**A QUESTÃO DE GÊNERO E OS SENTIDOS PROPOSTOS À IMAGEM  
PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF, DURANTE O PROCESSO DE  
IMPEACHMENT NA CÂMARA FEDERAL, NAS CAPAS DE *VEJA*, *ISTOÉ*,  
*ÉPOCA* E *CARTA CAPITAL***

**PORTO ALEGRE**

**2018**

THIANE SILVEIRA DE ÁVILA

**A QUESTÃO DE GÊNERO E OS SENTIDOS PROPOSTOS À IMAGEM  
PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF, DURANTE O PROCESSO DE  
IMPEACHMENT NA CÂMARA FEDERAL, NAS CAPAS DE *VEJA*, *ISTOÉ*,  
*ÉPOCA* E *CARTA CAPITAL***

Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Públicas.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2018

#### CIP - Catalogação na Publicação

Ávila, Thiane  
A QUESTÃO DE GÊNERO E OS SENTIDOS PROPOSTOS À  
IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF, DURANTE O PROCESSO  
DE IMPEACHMENT NA CÂMARA FEDERAL, NAS CAPAS DE VEJA,  
ISTOÉ, ÉPOCA E CARTA CAPITAL / Thiane Ávila. -- 2018.  
99 f.  
Orientador: Maria Helena Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Relações  
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Impeachment de Dilma Rousseff. 2. Gênero. 3.  
Imagem Pública. I. Weber, Maria Helena, orient. II.  
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **A QUESTÃO DE GÊNERO E OS SENTIDOS PROPOSTOS À IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF, DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT NA CÂMARA FEDERAL, NAS CAPAS DE VEJA, ISTOÉ, ÉPOCA E CARTA CAPITAL**, de autoria de Thiane Silveira de Ávila, estudante do curso de Relações Públicas, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 30 de Novembro de 2018

Assinatura:

Profª Dr.ª Maria Helena Weber

THIANE SILVEIRA DE ÁVILA

**A QUESTÃO DE GÊNERO E OS SENTIDOS PROPOSTOS À IMAGEM  
PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF, DURANTE O PROCESSO DE  
IMPEACHMENT NA CÂMARA FEDERAL, NAS CAPAS DE VEJA, ISTOÉ,  
ÉPOCA E CARTA CAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito para obtenção do grau de  
Bacharela em Relações Públicas.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Weber

Aprovado pela banca examinadora em 18 de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Weber – UFRGS  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Avancini Alves – UFRGS  
Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves – UFRGS  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Todas e todos temos histórias atravessadas em cada percurso. Noites mal-dormidas, amores não superados e dúvidas inconvenientes. O percurso em uma Universidade como a UFRGS só fez crescer o meu senso crítico e a minha consciência sobre meu lugar e minha importância política, tendo em vista as milhares de existências que conformam minha identidade mutante e sempre em construção.

Esses anos de Fabico só foram possíveis graças à presença de meus pais e de meus amigos. Graças aos encontros e desencontros. Graças às paixões e aos desafetos. Graças ao suporte único de colegas incríveis do NUCOP (Núcleo de Pesquisa de Comunicação Pública e Política) e, é claro, graças à orientação ímpar de minha querida professora Maria Helena Weber, por quem tenho um afeto que transcende as portas da Universidade. Assim me formo e permanecerei me formando. Por isso, nessas páginas, guardo apenas uma parcela do que nunca vai estar finalizado por mim. Aqui, deixo registrados meus primeiros passos rumo à contribuição frente a algo maior. Assino, pelas análises e reflexões, o ativismo feminista, o entendimento sobre um corpo político e uma voz capaz de mobilizar quem se permite ouvir.

Ao trajeto das mulheres desse Brasil tão desigual, à luta que travamos, juntas, todos os dias e, sobretudo, a quem não nos negamos a ser por ordem de quem quer que seja: dedico esses anos de estudo e essa monografia. Para que o tempo ruim nunca seja capaz de ofuscar nossa primavera e para que, cada vez mais, estejamos nos espaços que nos competem de modo legítimo, os espaços de poder e de representação política.

*Puta, piranha, vadia, vagabunda, quenga, rameira, devassa, rapariga, biscate, piriguete. Quando um homem odeia uma mulher — e quando uma mulher odeia uma mulher também— a culpa é sempre da devassidão sexual. Outro dia, um amigo, revoltado com o aumento do IOF, proferiu: “Brother, essa Dilma é uma piranha”. Não sou fã da Dilma. Mas fiquei mal. Brother: a Dilma não é uma piranha. A Dilma tem muitos defeitos. Mas certamente nenhum deles diz respeito à sua intensa vida sexual. Não que eu saiba. E mesmo que ela fosse uma piranha. Isso é defeito? O fato dela ter dado pra meio Planalto faria dela uma pessoa pior? Recentemente, anunciaram que uma mulher seria presidenta de uma estatal. Todos os comentários da notícia versavam sobre sua aparência: “Essa eu comeria fácil” ou “Até que não é tão baranga assim”. O primeiro comentário sobre uma mulher é sempre esse: feia. Bonita. Gorda. Gostosa. Comeria. Não comeria. Só que ela não perguntou, em momento nenhum, se alguém queria comê-la. Não era isso que estava em julgamento (ou melhor: não deveria ser). Tinham que ensinar na escola: 1. Nem toda mulher está oferecendo o corpo. 2. As que estão não são pessoas piores. Baranga, tilanga, canhão, dragão, tribufu, jaburu, mocreia. Nenhum dos xingamentos estéticos tem equivalente masculino. Nunca vi ninguém dizendo que o Lula é feio: “O Lula foi um bom presidente, mas no segundo mandato embarangou.” Percebam que ele é gordinho, tem nariz adunco e orelhas de abano. Se fosse mulher, tava frito. Mas é homem. Não nasceu pra ser atraente. Nasceu pra mandar. Ele é xingado. Mas de outras coisas.*

*Filho da puta, filho de rapariga, corno, chifrudo. Até quando a gente quer bater no homem, é na mulher que a gente bate. A maior ofensa que se pode fazer a um homem não é um ataque a ele, mas à mãe - filho da puta - ou à esposa - corno. Nos dois casos, ele sai ileso: calhou de ser filho ou de casar com uma mulher da vida. Hijo de puta, son of a bitch, fils de pute, hurensohn. O xingamento mais universal do mundo é o que diz: sua mãe vende o corpo. 1. Não vende. 2. E se vendesse? E a sua, que vende esquemas de pirâmide? Isso não é pior?*

*Pobres putas. Pobres filhos da puta. Eles não têm nada a ver com isso. Deixem as putas e suas famílias em paz. Deixem as barangas e os viados em paz. Vamos lembrar (ou pelo menos tentar lembrar) de bater na pessoa em questão:*

*crápula, escroto, mau-caráter, babaca, ladrão, pilantra, machista, corrupto, fascista.*

“Xingamento”, coluna de Gregório Duvivier publicada na Folha de São Paulo em 6 de janeiro de 2014.



## RESUMO

O presente trabalho empenha-se em verificar o modo como as Revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época propõem a construção de sentido para a imagem pública de Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores), levando em conta o protagonismo da questão de gênero, durante os meses de abril e maio de 2016, período que abrange o processo de Impeachment na Câmara Federal, referente à aprovação do parecer a favor do pedido de impeachment de Dilma Rousseff e respectivo julgamento até a abertura do inquérito no Senado. Com isso, a pesquisa se propõe a analisar que tipos de argumentos (des)qualificadores são acionados pelas revistas, tomando como base conceitos como o de imagem pública, subsidiado pelos estudos de Gomes (1999), Weber (2009) e Baldissera (2008) e articulados à noção de sentido proposta pelos veículos. Para tanto, foi feito um tensionamento das construções simbólicas emitidas pelas capas de revistas com a perspectiva de gênero, tão emblemática à atuação e consequente credibilidade atribuída à Rousseff. Sendo assim, como subsídio a essa reflexão basilar, contamos com o suporte de Biroli (2017), Pinto (2010) e Bourdieu (2002). Não obstante, também foram recuperados elementos centrais para o entendimento da ação jornalística frente aos enquadramentos realizados pelas capas analisadas, tendo como norteadora a perspectiva do Jornalismo de Revista e a própria noção de notícia, amplamente trabalhadas por Velloso (2010) e Gitlin (1980). Para a efetivação das análises, utilizamos como metodologia a pesquisa exploratória, bibliográfica e histórica, seguidas pela análise de conteúdo e análise semiótica. Os resultados encontrados, por sua vez, sinalizam o acionamento constante de elementos que desqualificam a mulher, retomando, a todo o momento, o parâmetro de gênero para deslegitimar a presidenta enquanto governante e mulher.

**Palavras-chave:** Dilma Rousseff; Imagem Pública; Capas de Revistas; Gênero; Impeachment.

## ABSTRACT

This paper aims at verifying how the *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* magazines propose the construction of meaning for the public image of Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores), taking into account the protagonism of the gender issue, during the months of April and May of 2016, which covers the impeachment process in the Federal Chamber, regarding the approval of the opinion in favor of Dilma Rousseff's impeachment request and its judgment until the Senate inquiry is opened. Weber (2009) and Baldissera (2008), with the aim of analyzing what types of arguments (des) qualifiers are triggered by journals, based on concepts such as public image, subsidized by studies by Gomes (1999) and articulated to the notion of meaning proposed by vehicles. To this end, the symbolic constructions emitted by magazine covers with a gender perspective, as emblematic of the performance and consequent credibility attributed to Rousseff, were made a tension. Thus, as a subsidy to this basic reflection, we have the support of Biroli (2017), Pinto (2010) and Bourdieu (2002). Nevertheless, central elements were also recovered for the understanding of the journalistic action against the frameworks of the analyzed covers, having as guiding the perspective of *Revista Journalism* and the very notion of news, extensively worked by Velloso (2010) and Gitlin (1980). For the purposes of the analysis, we used as exploratory, bibliographic and historical research methodology, followed by content analysis and semiotic analysis. The results, in turn, signal the constant activation of elements that disqualify the woman, taking up, at all times, the gender parameter to delegitimize the president as ruler and woman.

**Keywords:** Dilma Rousseff; Public image; Magazine covers; Gender; Impeachment.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Linha do tempo do Impeachment de Dilma Rousseff .....	48
<b>Quadro 2</b> - Características das revistas .....	58
<b>Quadro 3</b> - <i>Corpus</i> de pesquisa .....	59
<b>Quadro 4</b> - Capa Veja 20/04/16 .....	61
<b>Quadro 5</b> - Capa Veja 11/05/16 .....	62
<b>Quadro 6</b> - Capa IstoÉ 06/04/16 .....	64
<b>Quadro 7</b> - Capa IstoÉ 13/04/16 .....	66
<b>Quadro 8</b> - Capa IstoÉ 20/04/16 .....	68
<b>Quadro 9</b> - Capa IstoÉ 29/04/16 .....	70
<b>Quadro 10</b> - Capa IstoÉ 06/05/16 .....	72
<b>Quadro 11</b> - Capa Carta Capital 12/05/16 .....	74
<b>Quadro 12</b> - Capa Carta Capital 19/05/16 .....	76
<b>Quadro 13</b> - Capa Época 09/04/16 .....	78
<b>Quadro 14</b> - Capa Época 16/04/16 .....	80
<b>Quadro 15</b> - Valoração e Sentido/Imagem de Dilma Rousseff pelas Revistas .....	82

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 IMAGEM PÚBLICA E POLÍTICA</b> .....	18
2.1. O CONCEITO E A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA .....	19
2.2. ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA .....	22
2.3. OS SENTIDOS E A OPINIÃO PÚBLICA .....	24
2.3.1. Opinião Pública.....	28
<b>3. JORNALISMO, NOTÍCIA E JORNALISMO DE REVISTA</b> .....	31
3.1. ACONTECIMENTO E JORNALISMO .....	32
3.2. A SELEÇÃO DA NOTÍCIA.....	35
3.3. JORNALISMO DE REVISTA .....	37
3.3.1. Das capas de revistas.....	39
3.3.1.1. Da fotografia nas capas de revistas.....	41
<b>4. A MULHER NA POLÍTICA E NA MÍDIA</b> .....	44
4.1. DEBATE FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA....	45
4.2. DOMINAÇÃO MASCULINA E OS ESPAÇOS DA MULHER NA POLÍTICA..	47
4.2.1. Desinteresse pela política: um discurso que afasta as mulheres .....	50
<b>5. O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF</b> .....	53
<b>6. A IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF NAS CAPAS DE VEJA, ISTOÉ, CARTA CAPITAL E ÉPOCA</b> .....	59
6.1. METODOLOGIA.....	59
6.1.1. Procedimentos de análise.....	62
6.1.2. Categorias de análise .....	63
6.1.3. <i>CORPUS</i> DE PESQUISA .....	63
6.2. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA .....	66
6.2.1. Capa da semana de 20 de abril de 2016 .....	67
6.2.2. Capa da semana de 11 de maio de 2016.....	68
6.3. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ISTOÉ.....	70
6.3.1 Capa da semana de 6 de abril de 2016 .....	70
6.3.2. Capa da semana de 13 de abril de 2016 .....	72
6.3.3. Capa da semana de 20 de abril de 2016 .....	74
6.3.4. Capa da semana de 29 de abril de 2016 .....	76
6.3.5. Capa da semana de 6 de maio de 2016.....	78

6.3. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA CARTA CAPITAL .....	80
6.3.1. Capa da semana de 12 de maio de 2016.....	81
6.3.2. Capa da semana de 19 de maio de 2016.....	82
6.4. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ÉPOCA .....	84
6.4.1. Capa da semana de 9 de abril de 2016 .....	84
6.4.2. Capa da semana de 16 de abril de 2016 .....	86
<b>7 A PROPOSTA DE SENTIDOS SOBRE DILMA ROUSSEFF .....</b>	<b>89</b>
7.1 AS DILMAS DAS CAPAS (GOVERNANTE, MULHER, POLÍTICA).....	89
7.2 RESPONSABILIDADE DA IMPRENSA .....	94
7.3 A REVISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO.....	95
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fascínio pela temática de gênero foi a grande motivação para que o interesse na pesquisa a respeito da construção da imagem pública de Dilma Rousseff tomasse corpo. O fato, pois, de haver uma mulher na presidência do Brasil, país com o histórico cultural com bases reconhecidamente patriarcais, atuou como a grande provocação para que o prosseguimento na temática ocorresse, tendo em vista a atuação já em curso na pesquisa a respeito do debate público em torno do Impeachment da então presidenta.

Nessa linha, o presente trabalho possui como objetivo principal o de verificar o modo como as revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* propõem a construção de sentido para a imagem pública de Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores), levando em conta o protagonismo da questão de gênero, durante os meses de abril e maio de 2016, que correspondem ao período em que a Comissão Especial aprovou o parecer a favor do Impeachment na Câmara dos Deputados, até o momento em que a Comissão do Senado aprovou a abertura do inquérito através do parecer do relator da comissão, Antonio Anastasia.

Serão analisados quais os tipos de argumentos (des)qualificadores (qualificadores e desqualificadores) foram acionados pelas revistas. Para tanto, cabe explicar a metodologia utilizada, que contou, inicialmente, com as pesquisas exploratória, bibliográfica e histórica e, para a análise do *corpus*, a Análise de Conteúdo e a Semiótica.

Os objetivos específicos do trabalho, que atuaram como norteadores do percurso de toda a pesquisa, abrangem entender de que forma as capas analisadas sintetizam o discurso das revistas e de que modo influenciam o posicionamento das mesmas em relação à Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, também se empenha em analisar, nas capas do período, de que maneira elas acionam a perspectiva de gênero para (des)qualificar a presidenta, além de identificar os recursos discursivos e imagéticos utilizados pelas mesmas para a construção de sentidos frente à imagem pública da presidenta durante o processo de Impeachment na Câmara Federal, reconhecendo os diferentes horizontes interpretativos propostos. Dessa maneira, é imperativo que seja destacada a relevância do período escolhido para as análises, que se deu, conforme já mencionado, no recorte de tempo em que a Comissão Especial aprovou o parecer a favor do Impeachment na Câmara dos Deputados, até a abertura do inquérito aprovada pela Comissão do Senado. Durante esses

meses, pois, evidenciam-se os principais movimentos de oposição e adesão ao Impeachment, que foram determinantes para a polarização das manifestações que passaram a ocorrer pelo Brasil, bem como para a articulação dos principais veículos de comunicação frente às proposições discursivas relacionadas aos acontecimentos que emergiam a todo o momento, advindos tanto dos desfechos dentro da esfera política como aqueles inflados pelos movimentos da sociedade. Além disso, a Câmara Federal, foi a porta de entrada para diversos pedidos de Impeachment, atuando como instituição primeira para o início de todos os desmembramentos do processo. E foi, pois, a partir dessa época que a mídia, de uma forma geral, começou a intensificar seus esforços com vista à construção de narrativas mais enfáticas a respeito de Dilma, contribuindo para o avanço do processo até que chegasse ao Senado.

Para que a validade da pesquisa em voga seja compreendida, bem como as inferências estabelecidas através das análises realizadas a partir da construção de sentido proposta pelas capas das revistas com relação à imagem pública da então presidenta Dilma Rousseff, faz-se relevante recuperar pontos-chave de sua trajetória, sobretudo, a partir de sua posse em 2015, quando foi reeleita à presidência do Brasil. Dessa maneira, desde as eleições de 2014, quando Dilma venceu o adversário Aécio Neves (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira), uma onda de protestos foi iniciada no país, levando a população de inúmeras cidades às ruas, onde parte dos cidadãos pedia o Impeachment e a outra não, levando em conta também o apoio de setores empresariais, como a FIESP.

Para além das insatisfações insurgentes dos indivíduos, a própria lisura das eleições de 2014 foi questionada pelo candidato derrotado, Aécio Neves, o que o motivou a solicitar ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) uma auditoria para verificar a confiabilidade da apuração dos votos, já que, à época, os resultados provenientes das urnas eletrônicas estavam sendo colocados em xeque, sobretudo, nas redes sociais. Graças a esses estímulos intensificados pela participação dos indivíduos também descontentes com os números que declararam a vitória da candidata petista, que venceu com 54,5 milhões de votos (51,64%), foi proposta, pelo PSDB, a abertura de uma comissão composta por representantes de todos os partidos, com o intuito de verificar os sistemas de votação e apuração.

Com o clima já bastante alterado no que diz respeito à idoneidade dos próprios mecanismos democráticos, a soma de pautas advindas dos mais diversos setores sociais contribuiu para o início de uma série de pedidos de Impeachment contra a então presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, em 12 de abril de 2015, um grande ato contra a governante

tomou conta de algumas partes do país, seguido de acontecimentos que romperam algumas relações políticas do próprio partido, como a negação de apoio ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB - RJ), no processo de sua cassação no Conselho de Ética da Câmara. Em setembro de 2015, pouco mais de um mês após a mencionada ruptura, Cunha aceitou o pedido de Impeachment entregue na Câmara pelos juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale e Helio Bicudo.

Tendo em vista a sequência de episódios que começaram a movimentar de maneira cada vez mais intensa a arena política, sobretudo a partir de 2015, atores inéditos passaram a compor o protagonismo das reverberações sociais, em sua maioria, por meio das redes sociais, que passaram a exercer papel central na articulação dos discursos e na validação de inúmeros acontecimentos frente à opinião pública e aos sentidos propostos pelos diferentes veículos de comunicação. Nesse contexto, passa-se a importar, em definitivo, a repercussão que as narrativas veiculadas começam a ter na construção da imagem pública de políticos e figuras públicas atreladas, inaugurando, de maneiras adversas, espaços de disputa importantes para os desfechos observados durante esse período, de modo que a visibilidade promovida pela mídia torna-se decisiva para a proposição de cenários específicos no centro e nas margens dos temas de interesse público.

Nessa perspectiva, o presente trabalho divide-se em oito partes, sendo a primeira essa introdução, por meio das quais são articulados conceitos caros para subsidiar as análises das capas das revistas escolhidas, que versam, em um segundo momento, sobre imagem pública e os seus espaços de formação, usando como base as contribuições de Weber (2009), Gomes (1999) e Baldissera (2008). Sendo assim, busca-se tensionar as discussões pertinentes à relevância de uma oferta de imagem favorável ou desfavorável por parte dos proponentes de sentido que se encontram na arena política, bem como a sua articulação com os processos de significação que se apresentam como efetivos frente às variáveis constituintes e constituídas das realidades dos indivíduos. Assim, a recapitulação dos processos de construção de sentido e do modo como são assimilados pela opinião pública também fez-se presente, tendo como balizadores autores como Thompson (1998) e Landowski (2014). No tocante a essa dinâmica de significação, importa destacar a centralidade das reflexões promovidas por Morigi (2004) no que diz respeito às representações que se constroem através das próprias relações dos indivíduos, bem como ao papel determinante que o processo de comunicar elementos significativos da cultura e



dos valores que dão base para a produção dos sentidos que circulam na sociedade exerce, em especial, através dos meios de comunicação.

Além disso, como modo de estabelecer um diálogo com o material escolhido para análise, a retomada da importância da ação jornalística fez-se crucial, em uma terceira etapa, para o andamento e avanço das reflexões sobre as propostas de sentido dadas a ver pelos veículos de comunicação. De modo particularizado, houve também a recuperação das noções oriundas do jornalismo de revista, que atuaram como centrais para o entendimento do todo. Para tanto, referências como Antunes (2014), Manna (2014), Gitlin (1980), Velloso (2010), Cavalcanti (2016) e Traquina (2004) foram utilizadas e tensionadas com noções próprias de Hall (2008), que aborda/abordam o atravessamento das questões de poder na conformação discursiva da notícia, trazendo à luz o papel determinante dos aparatos de significação do mundo para os enquadramentos realizados pela mídia e para a própria seleção de notícias. Em seguida, Queré (2005) e França (2012) também serviram como fontes ímpares para atrelar a perspectiva de acontecimento à ação jornalística, a fim de justificar teoricamente algumas motivações dos veículos de comunicação em detrimento de outras.

A quarta etapa, por sua vez, empenha-se em trazer à luz as principais reflexões pertinentes às análises da imagem pública de Dilma Rousseff, abordando discussões caras ao debate feminista, de modo a enaltecer as condições de representação da mulher na esfera pública, bem como a historicidade e complexidade de sua atuação nos diferentes setores da vida em sociedade. Para isso, autoras como Biroli (2017), Butler (2003) e Pinto (2010) foram centrais para a exposição do panorama normativo que circunda a realidade das mulheres, contrapondo sua existência às condições desiguais daquelas impostas aos homens. Ao mesmo tempo, nota-se como a incorporação das premissas subsidiárias de um sistema cultural patriarcal e de valores androcêntricos de mundo atuou como um cenário importante para articular os principais questionamentos sobre o papel da mulher. Nesse sentido, as contribuições de Bourdieu (2002) foram salutares.

No quinto capítulo, é feita uma contextualização acerca dos principais elementos pertinentes ao panorama do Impeachment de Dilma Rousseff, utilizando como um eficiente instrumento de ambientação sobre o cenário uma linha do tempo que percorre todo o processo, iniciado em 2015 e finalizado em 2016. Na sexta etapa do trabalho, o objeto empírico é apresentado, assim como os procedimentos de análise, seguidos pela própria análise e, na parte sete, pelos seus resultados. Para finalizar, na oitava e última

etapa, são apresentadas as considerações finais pertinentes a todo o estudo realizado.

## 2 IMAGEM PÚBLICA E POLÍTICA

Neste capítulo, serão abordados pontos centrais para a compreensão do conceito de Imagem Pública, tensionando suas noções ao seu processo de constituição. Dessa maneira, interessa destacar a participação dos diferentes atores envolvidos em sua dinâmica, atuando como agentes de sua formação à medida que influenciam, enquanto receptores, na atribuição de significado, bem como proponentes de sentido ao assumirem a posição de emissores de dado conteúdo. A esse respeito, Gomes (1999, p.160) entende que a imagem pública “trata-se daquilo que se considera que se faz ou diz, trata-se daquilo que se reconhece como sendo suas mensagens, ações e apresentação”.

Ao refletir acerca das variáveis que se atravessam à ideia de imagem pública, torna-se essencial articular seu entendimento à política, reconhecendo os diferentes interesses que se somam aos discursos construídos pelos veículos de comunicação e pelos diversos setores da sociedade. Nesse sentido, Gomes (1999) enaltece:

A política de produção de imagem representa um inevitável adicional de insinceridade às práticas discursivas e às ações reais enquanto alteram a qualidade e a validade daquelas que normalmente seriam suas funções primeiras. (GOMES, 1999, p.161)

Nessa perspectiva, as bases que sustentam determinadas propostas sobre a imagem de algo ou alguém são constantemente reafirmadas por agentes intermediários no que concerne à produção de sentido, a fim de que a intenção subsidiária das construções discursivas se mantenha como alvo dos receptores. A partir desse entendimento, Weber (2009) esclarece:

A formulação dessa imagem pública pode ser tão eventual quanto permanente, pois depende, essencialmente, do repertório cultural, psíquico e informativo que permite decodificar e aceitar/ignorar/recusar a proposta visual e a informação das mídias. A permanência de determinadas imagens públicas pessoais ou institucionais ocorre somente quando todas as informações de todos os tipos de comunicação são convergentes; quando há um tipo de unanimidade entre as imagens, fotos, declarações, opiniões, testemunhais e vivências em relação à totalidade – ou quase - do fato, instituição ou sujeito. (WEBER, 2009, p.20)

Distanciando-se da ideia ingênua sobre a isenção dos meios de comunicação ao proporem enquadramentos e discursos para as instituições e atores sociais, o presente trabalho empenha-se em explicitar o modo como a mídia consegue construir os elementos discursivos com base nos objetivos que pretende atingir com relação à sociedade. Dessa forma, a compreensão sobre a imagem pública irá acionar ações imprescindíveis ao seu

processo de constituição, acessando habilidades para construir estruturas e estratégias dirigidas ao planejamento e antecedidas pela análise e pela aferição do espaço de visibilidade ocupado, assim como pelos registros sobre comportamento pessoal e a própria receptividade da sociedade sobre a qual se atua, levando em conta seu repertório cultural (WEBER, 2009, p.12).

De modo complementar a esse entendimento no tocante à recepção da sociedade, torna-se também central o desenvolvimento inaugurado por Baldissera (2008) a respeito de imagem-conceito. Essa noção tem como protagonista a ideia de constructo simbólico, que subsidia a significação dada à imagem que se realiza no âmbito da comunicação, de modo a sintetizar inúmeros elementos que compõem e potencializam o caráter interpretativo que os discursos assumem diante dos indivíduos. Dessa maneira, diante do objetivo de inferir a respeito das proposições da construção da imagem pública da então presidenta Dilma Rousseff, é fundamental que se tenha clara a presença ativa da alteridade para a construção dos sentidos, estabelecendo como essencial o aspecto relacional dos sujeitos, que fazem do processo de significação uma disputa constante que está, a todo momento, se atualizando e se reestruturando a partir de novos contextos, acontecimentos e tensões pertinentes à cultura em que estão situados (BALDISSERA, 2008, p.194).

## 2.1. O CONCEITO E A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Para o desenvolvimento das análises das capas das revistas propostas, é preciso que se tenha claro o conceito sobre o qual a ideia de imagem pública está situada. Da mesma forma, o entendimento no que tange à sua constituição prescinde a balização de suas fronteiras, bem como dos elementos irrevogáveis para sua utilização correta dentro da perspectiva política a que o presente estudo se propõe a averiguar. Nesse sentido, anterior à sua conformação enquanto pública, Gomes (1999) recupera a noção de que:

A imagem de algo ou alguém é, pois, um ato judicativo sobre este objeto, mas um ato judicativo que se refere diretamente àquele complexo de propriedades que o caracterizam. (GOMES, 1999, p. 151).

Seguindo a linha do autor, ao pensar em imagem pública, é indispensável que se considere as diferentes realidades sobre as quais algo ou alguém pode se configurar, fazendo com que não haja possibilidade de que as percepções desenvolvidas não estejam amparadas em predileções sociais capazes de estimular alguns direcionamentos em

detrimento de outros. Dessa maneira, existe um híbrido bastante imponente no que diz respeito ao conceito de imagem pública, já que ela irá, necessariamente, se formar a partir de construções e desconstruções pertinentes às intenções e contextos que conformam a realidade dos seus receptores (WEBER, 2009, p.20 e 21). Dito de outra maneira, é imperativo que o seu conceito seja diretamente tensionado ao processo contínuo de oferta de informação a que todos estão constantemente submetidos, compreendendo, nesse sentido, que todo o seu montante passa, invariavelmente, por modificações concernentes às vivências específicas de cada pessoa, que ressignifica a distribuição dos sentidos e a forma como seus elementos constitutivos serão elencados ou não, a partir de sua subjetividade. Sobre isso, Weber (2009) reitera:

Nesse sentido, a imagem formada sobre uma instituição ou sujeito político é um processo contínuo e alternado de oferecimento de informações, indução ao consumo destas, avaliação desse consumo. (WEBER, 2009, p.21)

A polissemia indissociável de qualquer imagem vem ao encontro das bases teóricas que dão suporte ao desenvolvimento das noções sobressalentes à sua publicidade. De uma forma ou de outra, como sinaliza Weber (2009), a construção da imagem pública sempre se dará a partir das definições propostas pelos cidadãos que a recebem, que não serão, necessariamente, convergentes com aquelas pressupostas em seu processo de produção. Por isso, “a imagem pública será o resultado de disputas simbólicas exibidas ao imaginário coletivo em busca de respostas” (WEBER, 2009, p.12). Diferentemente da imagem que se cria de algo ou alguém pelo convívio, a imagem pública corresponde primeiro a um “processo psicológico e social de caracterização” (GOMES, 1999, p.153). Devido a isso, Gomes (1999) destaca o aspecto teatral pertinente a ela, que se estrutura a partir de uma dinâmica singular no que se refere à atribuição de sentido, já que esta depende do intermédio de sistemas incumbidos na visibilização de características convenientes às intenções que se pretende disseminar.

A imagem nos aparece, ao mesmo tempo, como intermediária cognitiva entre nós e a coisa mesma e como livre das obrigações de réplica do seu objeto; portanto, dotada de capacidade de ser plasmada: formada, transformada ou deformada. (GOMES, 1999, p.159).

Se pensada a partir da perspectiva de Baldissera (2008), faz-se relevante o acesso ao seu estudo a respeito de imagem-conceito. Nesse sentido, uma das possíveis convergências com a imagem pública está no reconhecimento do protagonismo da subjetividade dentro da dinâmica de sua constituição, em que se faz necessário reservar

espaço privilegiado para a consideração dos seus elementos-força - entendidos como indicadores substanciais para a compreensão do modo como a comunicação consegue contribuir para a potencialização de determinados direcionamentos em contraposição a outros. Conforme corrobora Baldissera (2008), os processos de significação são precedidos pela articulação de uma série de variáveis que constituem a realidade dos indivíduos, levando em conta sua conjectura eco-psico-histórico-sócio-cultural. Assim, ao posicionar o olhar frente às capas das revistas estudadas, torna-se irrevogável a constante retomada contextual das conjecturas sociais e culturais que dão suporte à manutenção das narrativas e, sobretudo, ao seu nível persuasivo com relação aos indivíduos que a elas têm acesso. Por esse motivo, atentar-se à complexidade do processo responsável pela constituição da imagem pública a respeito de um ator social ou de uma instituição é essencial à medida que, ao seu resultado, estão imbricadas atualizações de ordem relacional. Em outras palavras, importa considerar o papel central das disputas simbólicas indispensáveis ao processo de significação (BALDISSERA, 2008).

Os elementos atrelados ao processo de significação que a imagem-conceito sofre estão intimamente interligados à ideia de reputação, “pois formar conceito implica apreciar, considerar, ajuizar, sentenciar e sancionar” (BALDISSERA, 2008, p.198). À imagem pública, também interessa, em primeira instância, a composição de valores, já que, segundo Weber (2009), ela é a:

[...]designação também equivalente à ideia de que se trata da opinião expressa de determinadas pessoas ou instituições sobre outras pessoas e instituições de projeção pública. (WEBER, 2009, p.20)

Relevantes aos possíveis significados atribuídos à imagem pública são os recortes das propostas que enunciam as intenções interpretativas do emissor. No que tange à efetivação ou não desse planejamento, que é sempre prévio e intermediado, de modo especial, pelos *mass media*, importa levar a cabo os aparatos discursivos e imagéticos definidos pelos signos selecionados com vistas ao alcance de determinado resultado perante as representações construídas para o outro (WEBER, 2009, p.15):

Como fenômeno da contemporaneidade, a imagem pública exige investimentos e expertise que possam expor de modo simples a complexidade de lidar com a reputação e a provocação sobre determinada instituição ou sujeito da política. (WEBER, 2009, p.12)

Sem garantias e livre de fórmulas pré-definidas, é inegável que a imagem pública terá sempre o seu significado construído no momento de sua recepção (GOMES, 1999,

p.160), “servindo como balizador dos pactos e disputas em torno de poder engendrados entre o campo político, *medias* e sociedade” (WEBER, 2009, p.11). Em síntese, a análise que ancora as diferentes variáveis que se cruzam no processo de significação da imagem pública pressupõe, de modo destacado, a centralidade da subjetividade humana para a (re)distribuição dos elementos capazes de compor sua estrutura simbólica (GOMES, 1999, p.160). Em outras palavras, trazendo para o ator político analisado pelo presente estudo, torna-se clara a relação existente entre os ideários perceptivos da sociedade, capazes de serem identificados facilmente no comportamento dos indivíduos em termos de reações e preconceitos frente a um acontecimento ou situação que mobilize os estereótipos padronizados culturalmente. Sendo assim, a utilização de seu conceito para a compreensão da importância e do papel desempenhado por cada ator social e instituição que sejam alvo de interesse em setores da sociedade, como a política e a economia, é fundamental à medida que atua como norteador frente aos processos que se realizam, a todo o momento, nos espaços públicos e privados. Em suma, interessa tensionar o processo de constituição da Imagem Pública aos ideários sobressalentes à dada sociedade, tensionando seus valores ao modo como os discursos, invariavelmente, acabam se constituindo. A esse respeito, cabe sublinhar os elementos que acabam ganhando maior importância em detrimento daqueles que, devido a determinados interesses e objetivos, ocupam posições de menor destaque nas propostas interpretativas realizadas, sobretudo, pelos meios de comunicação no tocante ao exercício do jornalismo, através de seus recortes e enquadramentos. A cada caso, portanto, cabe a adequação dos aspectos teóricos pertinentes à formulação da imagem pública - tão cara à política e seus atores.

## 2.2. ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Tão importante quanto a recuperação pertinente ao processo de constituição da imagem pública, importa ressaltar os espaços para a sua visibilidade, fundamentais à construção de sentidos e à credibilidade atribuída a ela. Nesse sentido, Weber (2009, p.15) esclarece que “a visibilidade de seu comportamento depende de comunicação estratégica e avaliações permanentes, sempre submetidas a procedimentos interpretativos e seletivos das mídias e da sua audiência”. Por essa razão, a imagem pública de instituições e atores sociais está em constante disputa, estabelecendo pactos estratégicos, a fim de alcançar a credibilidade frente à sociedade, uma vez que o intuito desse processo diz respeito à

pretensão de se exercitar a “representação pública, efetuar comunicação pública e receber apoio, votos, opiniões fundadas” (WEBER, 2009, p.16).

Trata-se de propor uma leitura a partir de disputas e pactos restritos à política e aos partidos (partidários, eleitorais, institucionais); da comunicação pública (propaganda, relações, eventos, protocolos), da comunicação midiática (meios de comunicação massiva e de repercussão pública) e da comunicação direta (relações, contatos e ações com públicos específicos). (WEBER, 2009, p.17)

A partir do entendimento no que concerne aos diversos espaços disponíveis à formação da imagem pública, que, necessária mente, se comunicam de forma concomitante, torna-se mais clara a indispensabilidade da articulação dos discursos às intenções que se pretende associar aos atores e instituições, especialmente quando estão situados na esfera política. Sendo assim, ao tensionar o objetivo do presente estudo no que diz respeito à atribuição de sentidos direcionada à imagem pública de Dilma Rousseff, torna-se notória a centralidade no tocante à recuperação da equação que subsidia o processo de construção da imagem pública, que depreende “a relação do espectador, cidadão, consumidor com os temas, sujeitos e instituições da política” (WEBER, 2009, p.20). Nessa dinâmica, a comunicação midiática, como é o caso do tema dessa pesquisa, assume justificado protagonismo no que diz respeito ao oferecimento de elementos cujo intuito está centrado em proporcionar a experiência de reconhecimento e identificação por parte dos indivíduos, acionando, dessa forma, aspectos capazes de legitimar determinados sentidos através do modo como são articulados nas narrativas propostas (por exemplo, pela maneira como são tratados os temas selecionados para comporem as capas das revistas).

Assim sendo, à imagem pública, estão atreladas, segundo Weber (2009), a modalidade discursiva, as mídias e os emissores de informações, “como notícia, opinião, propaganda; rádio, televisão, internet, mídia impressa; manifestação pública; comunicação institucional, eventos ou comunicação midiática” (WEBER, 2009, p.22). A imagem pública, portanto, está condicionada a uma série de instâncias capazes de gerar visibilidade, uma vez que seu “[...]escopo é procurar fazer com que a pretensão política ou o ator político aproxime-se da caracterização identificada ou mesmo a evite” (GOMES, 1999, p.164). Subordinadas ao alcance dos sentidos imbuídos em seu projeto de significação, estão as já citadas disputas que ocorrem no processo de constituição da imagem pública, em que são acionados mecanismos específicos para a projeção de determinados elementos, com o objetivo de dar à luz determinados sentidos, utilizando, para tal, segundo Weber (2009, p.12), o “campo jornalístico e aquela cotidiana sobre a comprovação da representação e da execução do projeto político”. Em suma, esteja o



objetivo calcado na caracterização positiva ou negativa do ator ou instituição submetidos ao processo de construção da sua imagem pública, os esforços exigidos nessa dinâmica são os mesmos à medida que “a circulação dessa máquina depende de competências e expertise capazes de reconhecer a potencialidade dos temas e das respostas a ele” (WEBER, 2009, p.22).

A relevância frente à abordagem dos espaços para a construção da imagem pública de um ator político, bem como os elementos sobressalentes aos discursos estruturados com vista ao alcance de um determinado objetivo, centrado na oferta de sentidos à sociedade, reside justamente na proposição reflexiva acerca das naturalizações comumente identificadas nas leituras daquilo que é exposto pela comunicação mediática. Dessa forma, segundo Weber (2009, p.15), “é possível entender a força da imagem pública, que é o somatório de exercícios de aparência, representações, fé e um carisma mediatizado a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade”. Para tanto, pois, é necessário admitir a importância das narrativas propostas pela ação jornalística, empenhada em dar vida, através de suas notícias e enquadramentos, a intenções pré-estabelecidas frente a um acontecimento relacionado a um ator social ou a uma instituição de interesse. Por consequência, seus discursos influenciam diretamente na construção de sentidos no imaginário social, que atuam como forças motrizes para a conformação da opinião pública.

### 2.3. OS SENTIDOS E A OPINIÃO PÚBLICA

Tendo em vista o movimento inerente ao processo de construção de sentido e ao modo como suas propostas são incorporadas pelos indivíduos, aqui, os esforços direcionam-se à tentativa de enfatizar os principais aspectos relevantes a essa dinâmica, destacando suas relações de intimidade com os valores culturais, políticos, econômicos e sociais subjacentes ao contexto em que se inserem. Os modos de ver, representar, sentir, ouvir e ler dos sujeitos (MORIGI, 2004, p.9) exige, portanto, a mediação dos discursos veiculados, de modo sobressalente pela mídia, mas também pela interferência constitutiva que recebe por meio das reproduções do que já se apresenta em curso nas práticas sociais e nas narrativas de sentido herdadas pelo sistema de valores de determinada sociedade.

Além disso, adicionada à discussão da construção dos sentidos, costumam-se algumas inferências acerca da opinião pública e do seu protagonismo na oferta de sentido que as revistas, por meio de suas capas, dão à leitura do ator político estudado. Dessa

forma, busca-se, em suma, expor os elementos iniciais para que se faça o primeiro contato com a proposta do objetivo da pesquisa em questão, tendo em vista a centralidade do processo de construção de sentido e, invariavelmente, do modo como essa recepção ocorre - passando, conseqüentemente, pelas noções basilares do que consiste a opinião pública.

A produção de sentido é um processo complexo e multifacetado, que sofre interferência de uma série de variáveis indispensáveis à constante atualização da leitura frente aos acontecimentos, pessoas ou coisas, dentro de determinado contexto e de determinada sociedade. Dessa forma, toda a dinâmica social exerce influência sobre a reação que os indivíduos terão perante estímulos ofertados. Com relação a isso, Thompson (1998) relata:

Como os indivíduos encaram o afluxo de experiências mediadas em suas vidas diárias? Eles as recebem seletivamente, é claro, dando mais atenção aos aspectos que lhes são de maior interesse e ignorando ou filtrando outros. Mas eles também lutam para dar sentido a fenômenos que desafiam sua compreensão, e se esforçam para relacioná-los aos contextos e condições de suas próprias vidas. (THOMPSON, 1998, p.182)

Quando se propõe a reflexão acerca dos códigos utilizados para se construir as mensagens veiculadas, faz-se necessária a intersecção dos elementos que pertencem às práticas sociais, entendendo o imbricamento da perspectiva semiótica às interações que ocorrem a todo o momento. Nesse sentido, a subjetividade identitária de cada pessoa sofre com as intervenções sociais do seu entorno, já que sua composição passa, invariavelmente, por um processo ininterrupto, de onde apreende as propostas de sentido e, à sua maneira, as decodifica, tornando essa dinâmica algo cíclico e em constante mutação (HALL, 2004). Por esse motivo, o tensionamento dos sentidos com os veículos utilizados como canais para a externalização de discursos e imagens é central para a compreensão dos sistemas práticos de conhecimento que são criados pelos indivíduos, que enfrentam o atravessamento de formas simbólicas previamente mediadas, por exemplo, pelos meios de comunicação (THOMPSON, 1998, p.189).

Sendo assim, é inegável a influência que os sentidos a respeito das coisas, pessoas e acontecimentos do mundo sofrem. A isso, Landowski (2014) enfatiza o protagonismo do que ele define como sociosemiótica, que seria o entendimento do social numa perspectiva de intercâmbio de sentidos. Em outras palavras, as práticas de construção, negociação e intercâmbio de sentido é que configuram o social enquanto universo de sentido (LANDOWSKI, 2014, p.12). Dessa maneira, a centralidade das

interações é um ponto-chave para a compreensão no que tange ao processo de construção de sentido e aos direcionamentos pertinentes a ele, tendo em vista seu espaço-tempo.

Ao entender, pois, a produção de sentido das coisas como um movimento que não respeita regras que não estejam relacionadas ao que se constrói pela prática, fica notória a articulação dos comportamentos ao modo como se configuram as atribuições de valor realizadas em sociedade. Nessa linha, os meios de comunicação começam a desempenhar um papel que supera a compreensão obsoleta de serem meros canais para o trânsito das mensagens e dos conteúdos (MORIGI, 2004, p.3). Para o autor, isso se dá pelo fato de que eles não apenas veiculam informações aos cidadãos, mas possuem papel ativo no processo de comunicar elementos significativos da cultura e dos valores que dão base para a produção dos sentidos que circulam na sociedade.

As representações coletivas são as formas de pensamento que a sociedade elabora para expressar sua realidade. Essas formas são incorporadas e interiorizadas pelos indivíduos através da vida em sociedade através das normas, das regras que formam a estrutura social. Como essas formas de pensamento não são universais nem são dadas às consciências à priori, formam-se os sistemas de representação coletivos, nos quais torna-se possível criar esquemas de percepção, juízos que fundamentam as maneiras sociais de agir, pensar e sentir dos indivíduos. (MORIGI, 2004, p.4)

O espectro que os indivíduos constroem sobre a realidade está intimamente correlacionado com as condições da produção de sentido. Por isso, o modo como se interpretam imagens e discursos, bem como as propostas de sentido que ocupam posição de destaque na mídia, como é o caso das capas das revistas analisadas, que trazem proposições intencionais à semântica da imagem pública de Dilma Rousseff, devem ser entendidas como uma resultante da complexa conjuntura que constitui a comunicação mediatizada, já que esse processo implica não apenas a habilidade de distribuição de elementos discursivos e imagéticos, mas de conveniência frente aos interesses sociais, políticos e econômicos. No que concerne à constituição dessas representações sociais estruturadas a partir de influenciadores sociais, Morigi (2004) ratifica:

A midiatização é um fenômeno complexo constituído e constitutivo de um conjunto de interações sociais e discursivas. Ela representa a instância das relações sociais à medida que transforma a ordem da vida cotidiana, criando novos valores, novas formas de interação que constituem as práticas sociais, culturais e as formas de exercícios do poder. As representações sociais disseminadas pelos meios de comunicação passam a se constituírem realidades, as quais passam a integrar o perfil da opinião pública em forma de discurso da atualidade, tornando parte do senso-comum. (MORIGI, 2004, p.6)

Um dos maiores desafios sobre o entendimento do processo de produção de sentido sofrido por cada coisa que está submetida à análise, por menor que seja, de cada indivíduo talvez resida no paralelo de papéis desempenhados pela mídia e pelos sujeitos. Dito de outra maneira, a questão se coloca na compreensão do papel ativo que a midiatização tem na oferta de sentidos aos acontecimentos, mas também no seu lugar de reprodução do que já está em curso na sociedade. No que diz respeito à construção da imagem pública de Dilma, essas nuances vêm inevitavelmente à tona, especialmente na decomposição dos elementos que catalisam os sentidos pretendidos pelas revistas analisadas. Em outras palavras, a intersecção dos valores incorporados aos aspectos constitutivos de sua imagem é fundamental no momento de identificar os diferentes enquadramentos de sentido que são dados a ela, fragmentando, com juízo de valor formado, sua existência como mulher, como política e como governante. Dando base a essa lógica de funcionamento, a partir da articulação do papel da mídia no que concerne à natureza das legitimações dadas aos fatos em decorrência de seu contexto e de seu período de existência, Morigi (2004) destaca a participação significativa da mídia no que diz respeito aos enquadramentos e recortes que realiza, levando em conta, além disso, os pressupostos ideológicos sobre os quais se ancora. Nesse sentido, pensar na adoção de determinadas perspectivas no processo de produção de sentido tangencia a noção de visualidade e legitimidade a que as circunstâncias estão submetidas, de modo que isso interfere diretamente nas interpretações e sentimentos que passam a se associar aos conteúdos dados ao (re)conhecimento dos indivíduos.

Entretanto, o discurso da atualidade manifesta o caráter ambíguo da comunicação midiatizada que se constitui em um discurso polifônico, acolhendo e mediando todos os campos do conhecimento, exercendo um poder hegemônico, pois sua enunciação deriva do campo socialmente legitimado. (MORIGI, 2004, p.6)

Ao se aprofundar os questionamentos pertinentes a esse fenômeno, outro ponto a ser considerado consiste na existência de uma lente capaz de aumentar, reduzir ou atualizar o foco dado a certas situações ou pessoas. Por meio dessa mesma lente, que assimila alguns elementos e apresenta outros ao mundo, os campos e os atores sociais têm acesso às informações sobre a realidade em que vivem, assim como sobre o modo com que devem lê-la (MORIGI, 2004, p.9).

Assim, através do modo como a mídia combina e utiliza as suas estratégias de comunicação, podemos desvendar e compreender como se formam as estruturas,

os processos internos e as dinâmicas da lógica da produção e criação dos sentidos que dão sustentação a determinadas formas de conceber o mundo, as instituições, seus discursos e suas práticas, e, finalmente, interferem nos modos de interagir socialmente. (MORIGI, 2004, p.11)

Para além das inferências a respeito das possibilidades que emergem do processo constitutivo de sentido, que sofre a já citada interferência direta da mídia e dos seus meios técnicos, é possível refletir acerca dos novos parâmetros sobre os quais a sociedade passa a ser lapidada, moldados pelo poder persuasivo e tendencioso presente na seleção de discursos e imagens feita pelos meios de comunicação. Para Ferreira (2003):

[...]a realidade é substituída e dissuadida pela proliferação do sentido, acedendo deste modo a um estatuto de pretexto de uma nova realidade, de uma realidade de natureza discursiva e imagética. (FERREIRA, 2003, p.19)

A partir dessas constatações, abre-se um leque de reflexões no que diz respeito às conformações das leituras e do modo como o conteúdo que se consome em determinado espaço-tempo contribui para os movimentos ocorridos na sociedade, que refletem, inevitavelmente, em todos os seus segmentos constituintes. Longe de uma veiculação ingênua e meramente factual no que tange aos fatos, é preciso que se recorde sempre sobre o processo que precede a disponibilização e, sobretudo, a visibilização dada a todo o tipo de notícia e enfoque. Está, pois, no modo como esse tangenciamento de intenções se dará para a repercussão de determinados efeitos na opinião pública e na reprodução de comportamentos por parte dos cidadãos. No tocante à produção de sentido a respeito da imagem pública de Dilma Rousseff, é sintomático que o poder simbólico das revistas que veicularam suas capas recaia sobre as leituras feitas pelos indivíduos, bem como nos elementos acionados no momento de sua significação. Até mesmo porque, para os meios de comunicação, a oferta de sentidos é intrínseca ao processo de construção das notícias, que depreende, necessariamente, uma série de escolhas para que haja as veiculações, a saber: imagens, textos, cores, posições e omissões. Dito isso, é através dos enquadramentos (ocultamentos e destaques) das capas de revistas que será possível analisar as propostas de sentido preconizadas em seu planejamento (bem-sucedido ou não).

### 2.3.1. Opinião Pública

Trazer à luz a noção de opinião pública é essencial à medida que ela é o alvo de todos os investimentos do poder político, combinados àqueles da mídia, para legitimar

determinados pontos de vista referentes aos acontecimentos públicos, bem como a relação com políticos e figuras públicas. Dessa maneira, não se trata de considerar o seu processo de formação como algo da ordem da soma de opiniões individualizadas, mas como um processo complexo cujo objetivo reside em defender e fazer valer o melhor argumento a partir de interações ocorridas na esfera pública. Nesse sentido, Baldissera e Borba (2009, p.4) afirmam que “a esfera pública encontra-se sob a ação de diversos fatores que agem diretamente na configuração da opinião pública, fatores estes relacionados ao caráter coletivo da opinião pública, sem desconsiderar a sua raiz individual”.

Para o presente estudo, importa referenciar o seu protagonismo à medida que, para a construção dos sentidos propostos pelas capas das revistas analisadas sobre a então presidenta Dilma Rousseff, invariavelmente é preciso levar em conta os esforços despendidos pelos veículos de comunicação no que tange à formulação de posicionamentos do seu público a partir da defesa de determinado ponto de vista em detrimento de outro(s). Sendo assim, a influência na formação da opinião pública só é possível à medida que os principais aspectos sociais e psicológicos da sociedade são compreendidos (BALDISSERA; BORBA, 2009). Dito de outra maneira, é necessário que haja investimento não apenas técnico, mas estrutural para que os discursos veiculados sejam dotados de credibilidade por parte dos públicos, fazendo com que os mesmos gerem os efeitos esperados. A esse respeito, os autores colocam que:

Disso, pode-se pensar que a opinião formada estará de alguma forma associada às crenças e ideologias dos indivíduos em questão, sendo a opinião pública uma forma de expressão das percepções coletivas. (BALDISSERA; BORBA, 2009)

Compreendida a dinâmica da opinião pública, que carece de constantes investimentos para que seja mantida e, sobretudo, para que permaneça legítima à sociedade, torna-se perceptível a sua realidade não permanente, situada no campo das disputas em torno de todos os âmbitos da vida social. Assim, a opinião pública pressupõe estímulos prévios, dotados de sentido e de canais efetivos que sejam capazes de evidenciá-los em suas veiculações. Nesse processo, portanto, a mídia está intimamente envolvida, já que se faz presente em sua mediação (BALDISSERA; BORBA, 2009).

No tocante à contribuição das capas das revistas para a construção de sentido frente à imagem pública de Dilma Rousseff, faz-se notoriamente relevante recuperar a centralidade do poder simbólico da mídia nesse processo de formação da opinião pública, dando à sociedade elementos pré-definidos para a estruturação de suas percepções acerca da figura pública em questão. Dessa maneira, a relação estabelecida entre a oferta de

sentidos, a opinião pública e a interpretação no que concerne ao papel desempenhado por Dilma durante seu governo, bem como à confluência de valores com os aspectos culturalmente produzidos, sobretudo no que diz respeito à figura da mulher, é de suma importância para as conclusões pertinentes às análises que serão explicitadas em seguida.

### 3. JORNALISMO, NOTÍCIA E JORNALISMO DE REVISTA

Ao tensionar os discursos e as imagens de Dilma Rousseff, veiculadas pelas capas das revistas analisadas, é preciso recuperar noções fundamentais da prática jornalística no tocante ao recorte das notícias, à importância que os acontecimentos têm em sua estruturação e ao modo como, de maneira particular, o jornalismo de revista se destaca nesse cenário. Sendo assim, é indispensável que sejam trazidos à tona elementos estruturantes da concepção jornalística, entendendo que a comunicação dos fatos sempre se dará sob a lógica de uma dinâmica cultural própria, carregada, necessariamente, de repertórios e memórias que servem como base para a interpretação do que é noticiado e do modo como é feito pelos jornalistas.

Qualquer informação jornalística supõe um saber encarnado na experiência, uma memória como condição de compreensão dos acontecimentos postos em tela e uma expectativa de consequências, um horizonte para tais fatos. (ANTUNES, 2014, p.162)

Segundo Manna (2014), o protagonismo dado a determinados acontecimentos pelo jornalismo diz respeito não apenas à ação de torná-los públicos por parte dos jornalistas, mas à sua habilidade em conferir existência a eles, sobretudo a partir da forma como constroem suas narrativas. Nesse sentido, mais do que analisar os fatos em si, aqui relacionados ao modo como foi sendo construída a imagem pública de Dilma Rousseff, importa encontrar as tensões implementadas nos momentos de apropriação de seus discursos e imagens, considerando as linhas editoriais das revistas, o sentido que buscam dar a uma figura pública e, sobretudo, o modo como escolhem fazê-lo. Por isso, tendo em vista a localização privilegiada da ação jornalística enquanto articuladora de sentidos e propositora de enquadramentos específicos à realidade política, social, cultural e econômica da sociedade, torna-se fundamental a recuperação de algumas das especificidades do jornalismo de revista e dos critérios que dão base à seleção de notícias, uma vez que, para as análises concernentes à construção da imagem pública de Dilma Rousseff pelas capas das revistas, convém entender a importância de seu exercício e os principais aspectos de seu funcionamento.



### 3.1. ACONTECIMENTO E JORNALISMO

Para validar os discursos que se atravessam no dia a dia da sociedade, sobretudo por meio dos grandes veículos de comunicação, é preciso admitir que há uma série de processos regidos por estratégias de enquadramento, seleção de signos, planejamento de efeitos e suposições direcionadas sobre os melhores métodos a serem adotados para o destaque de determinado ponto de vista em detrimento de outro(s). Nesse sentido, para o presente estudo, torna-se primordial que essa premissa seja aceita, a fim de que, imbuídos da consciência a respeito da parcialidade subjacente a qualquer profissional da comunicação e das empresas para as quais trabalham, os conceitos relevantes aos acontecimentos e informações (re)produzidos estejam livres de qualquer ingenuidade no que concerne à desconsideração de suas possíveis consequências e desmembramentos.

Dessa maneira, entender que a ação das notícias refere-se, segundo Manna (2014, p.68), ao ato de informar *algo* e não informar os indivíduos *sobre* algo é o primeiro passo para que o jornalismo passe a ser visto como uma prática carregada de intencionalidades e repertórios prévios, que acessam os constructos simbólicos atuantes na sociedade em que se insere, além daqueles que, institucionalmente, estão imbricados, necessariamente, na formulação de seus discursos. A esse respeito, Manna (2014, p.69) declara que “se compreendemos que informar significa dar forma a algo, a informação seria o produto dessa operação: uma figura de visibilidade”. Assim sendo, considerar a visualidade das informações corresponde a perceber os mais diversos elementos que compõem a retórica jornalística, potencializada pela combinação de aspectos imagéticos, verbais, não verbais e até sonoros.

A partir dessa linha de raciocínio, a vinculação da natureza das informações com o espaço-tempo que ela ocupa é fundamental. Por essa razão, a informação descontextualizada perde o subsídio que os elementos culturais pertinentes à determinada sociedade a concede. Nessa direção, as informações jornalísticas acabam prescrevendo, invariavelmente, relações de poder que justificam as demandas de visibilidade e os espaços concedidos e criados pelos meios de comunicação em sua veiculação e formatação (MANNA, 2014, p.72). Segundo Silveira (2014, p.23), “informar é dizer o que pode e deve ser visto, um recorte que se faz necessariamente pela criação de uma zona de sombra”. Assim, torna-se claro o protagonismo dos recortes e cenários propostos às

diferentes informações não apenas descobertas, mas selecionadas pelos jornalistas. Em virtude desse processo, a noção de acontecimento exerce atuação paralela na construção das notícias e de sua informatividade no meio jornalístico, já que ela carrega a ideia de significação (operante pela/na mídia), além do caráter enredado de causas, propósitos e motivos que traz consigo (ANTUNES, 2014, p.160).

O acontecimento funciona, pois, como uma referência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em “acontecimentos jornalísticos”. Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicá-lo o sentido. Mas esse olhar, no universo do discurso da informação midiática, torna-se um duplo olhar: o acontecimento está na interseção entre um olhar que mostra da instância de produção e um olhar que vê na instância da recepção. (ANTUNES, 2014, p.161)

Recuperada a participação central das noções de acontecimento, é válido que se traga à tona sua pragmática, haja vista sua emolduração a posteriori no que diz respeito às referências culturais da sociedade em que ocorre (QUERÉ, 2005, p.179). Olhando por esse viés, o acontecimento é antes sentido para, apenas depois, tendo em vista a dimensão das suas possíveis consequências, ser transformado em objeto de pensamento. Nesse sentido, faz-se relevante trazer à luz o acontecimento que consiste no processo de Impeachment de Dilma e que justifica os esforços para compreender os estímulos jornalísticos a respeito de sua apropriação, feita pelos veículos de comunicação analisados, bem como à relação estabelecida entre suas motivações políticas e a emergência de inúmeros aspectos concernentes apenas à Imagem Pública de sua protagonista, a então presidenta Dilma Rousseff. Ao colocar, portanto, uma terceira personagem nesse cenário, a mídia, adicionam-se mais algumas variáveis à discussão, levando em conta aspectos de recepção, interpretação e reação aos acontecimentos dados. Em outras palavras, a mídia tem o poder de alocar de modo tendencioso os acontecimentos no imaginário coletivo, influenciando na leitura dos fatos e na forma como serão levados a cabo, conforme se observa nas capas das revistas estudadas. De acordo com França (2012), os acontecimentos têm uma incrível capacidade de mapear a realidade social, inferindo nos principais pontos culturais existentes.

Por isso, tensionar as variáveis internas e externas aos acontecimentos atua como ação preliminar para entender o modo como, no jornalismo, seu rol informativo pode ser assimilado e, sobretudo, a maneira como se deseja que os indivíduos, situados no patamar da recepção, devem interpretá-lo - ainda que não exista a possibilidade de garantia sobre a

interpretação dos discursos emitidos, por maiores que tenham sido os esforços por parte de quem planejou sua comunicação. Ao que Antunes (2014, p.160) complementa:

O acontecimento jornalístico não surge de um nada histórico. Ele se inscreve sobre uma memória social, política e histórica, que é também determinante na sua própria compreensão e designação como acontecimento. (ANTUNES, 2014, p.160)

De forma notória, a repercussão dos acontecimentos, atrelada ao processo de construção e seleção da informação por parte da prática jornalística, compõem uma dinâmica importante do ponto de vista da organização das relações que se estabelecem entre os sujeitos e o modo como são estimulados a lerem determinado fato, a partir da forma como são compartilhados e significados (MANNA, 2014, p.69).

Por esse motivo, o acontecimento demanda uma natureza de origem, uma qualidade (essência), quesitos oriundos da passionalidade, autonomia, ideais coletivos e rituais coletivos (WEBER, 2011), que atuarão como base para a interferência da ação jornalística ao inferir os sentidos propostos às informações veiculadas. Sendo assim, para que sejam entendidas as proposições que emergem do jornalismo através de seus discursos, é preciso que se esteja alinhado com o panorama da sociedade em que ocorrem, bem como ao viés adotado por parte de seus interlocutores ao trazer à luz determinadas demandas que se encontram intrínsecas e refletidas pelas práticas sociais em dado espaço-tempo. Além disso, admitir que informar está situado em um campo que estabelece relação íntima com a ideia de legitimidade significa aceitar que as informações vêm carregadas de valores cujo objetivo, ao integrarem os discursos, reside em convencer os indivíduos sobre sua verdade e factualidade (MANNA, 2014, p.74). E é, pois, nessa perspectiva, que as narrativas jornalísticas moldam as notícias e a contextualização dos acontecimentos, imprimindo aos atores sociais os sentidos que importam, tendo em vista os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, Almeida (2008) contribui ao inferir que:

Investido de legitimidade e competência para fazer saber, o jornalismo conta, portanto, com certa vantagem na relação de forças com o campo político, quando este se vê forçado a comprovar e a justificar ações e projetos, ou a responder a acusações tornadas públicas via mídias. (ALMEIDA, 2008, p.22)

Por esse motivo, torna-se razoável pensar a respeito da centralidade que as construções previstas pelas capas de revistas com relação à Imagem Pública de Dilma Rousseff possuem, uma vez que seus esforços, a partir de suas formas e conteúdos,

influenciam diretamente no posicionamento do seu público à medida que, de modo concomitante, trazem consigo o capital simbólico pertencente ao jornalismo. Assim, o empenho direcionado à construção de sentido no campo político é sempre determinante para a conformação da informação, bem como para os efeitos que ela produzirá a partir dos elementos definidos para compor sua constituição nas veiculações dos meios de comunicação.

### 3.2. A SELEÇÃO DA NOTÍCIA

Para pensar a respeito do padrão que os fatos dignos de se tornarem notícia, de uma forma ou de outra, seguem, é preciso que alguns conceitos da área do jornalismo sejam recuperados, a fim de que se possa articular, de um modo mais claro e embasado, os critérios que justificam o destaque de determinados acontecimentos em detrimento de outros. Como é de interesse direto, para o presente estudo, a análise sobre a imagem pública de Dilma Rousseff, e o modo como a mídia se apropriou de sua imagem, cabe recuperar o que, para Gitlin (1980), consiste em elementos que estão sempre presentes nos recortes realizados pelos jornalistas em suas notícias. A saber, o autor destaca o padrão repetitivo de notícias que: a) trazem eventos cujas protagonistas sejam pessoas e não grupos. b) privilegiem o acontecimento sem que se tenha preocupação significativa com seus estímulos; c) destaquem o conflito e não o consenso; e d) deem ênfase ao que amplifica a história e não a explica de fato.

[...]pode-se dizer que uma notícia é um artefato linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. (SOUSA, 2005, p.75)

Ao refletir sobre o que Sousa (2005) propõe, tendo em vista o poder simbólico exercido pelos meios de comunicação, é evidente que o jornalismo detém de uma influência extremamente expressiva no que tange à estruturação das percepções sociais da realidade, a partir dos enquadramentos realizados. Nesse sentido, o tensionamento das estruturas de poder dominantes do contexto sobre o qual se fala é indispensável para pensar nos estímulos que levam a certos recortes noticiosos em detrimento de outros (TRAQUINA, 2004, p.199). Quando aborda o atravessamento das questões de poder na

conformação discursiva da notícia, Hall (2008) traz à luz o papel determinante dos aparatos de significação do mundo, que estão sob o controle, em maior ou menor grau, dos meios de comunicação, que selecionam e estruturam as notícias. Dessa maneira, a mídia trabalha no sentido de, intencionalmente, comunicar um determinado significado para a notícia através do seu discurso, a partir do momento em que busca hegemonizar a audiência por meio do acesso a recursos de ordem cultural e do sistema de valores da sociedade - retroalimentado a todo o momento por essa dinâmica.

A identificação social, classificação e contextualização dos acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constituiu o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo um acontecimento inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL *et. al.*, 1973;1993, p.226 apud TRAQUINA, 2004, p. 177).

A respeito da relevância dos elementos que determinam, segundo Hall *et al* (1973;1993) citado por Traquina (2004, p.175), as notícias como produtos sociais, estão presentes, de acordo com o autor, alguns fatores: a) a organização burocrática dos *media*; b) a estrutura dos valores-notícia (a noção do “fora do normal”, do negativo) que constituem o elemento-chave da socialização e a própria prática e a ideologia profissional dos jornalistas; e c) o momento de “construção” em si da notícia, que contempla o processo de “identificação e contextualização” que utiliza elementos culturais do mundo social na sua conformação. A partir dessas premissas, é possível observar que o viés cultural é indissociável para a análise dos recortes das notícias, bem como das propostas discursivas a que estão sucumbidos seus termos constitutivos, tendo em vista o caráter significativo que a disposição e a seleção de seus argumentos dão a ver ao público leitor. Dessa forma, não se pode adotar uma posição simplista para avaliar a maneira como os meios de comunicação realizam a atividade jornalística, especialmente no tocante ao trabalho feito pelas revistas aqui analisadas. Dito de outra forma, é evidente que há uma tendência em se explorar não apenas aquilo relevante, nesse caso, ao processo de Impeachment de Dilma para inferir na construção da sua imagem, mas também os elementos cujo impacto, de acordo com a cultura sobre a qual o acontecimento está contextualizado, repercutiria de determinada maneira frente à opinião pública.

Para os profissionais do jornalismo, a relevância do valor-notícia está intimamente ligada ao grau de ineditismo daquilo que se pretende publicar, além do tensionamento que o discurso estruturado sobre determinado fato pode ter com o contexto social sobre o qual

se insere, bem como no que toca à receptividade do seu público. Nesse sentido, é preciso admitir que as notícias dão conta de publicizar a aparência dos fenômenos que ocorrem na realidade social, trabalhando no sentido de representar parcelas dessa realidade, a partir de um planejamento prévio, inerente à prática jornalística, daquilo que deve ser dado a ver ou não (SOUSA, 2005, p.75).

Para além do citado, Wolf (1994) contribui ao definir critérios referentes aos acontecimentos, que atuam como indicadores, isto é, valores-notícia, capazes de reunir elementos que atuem como subsídios para a comprovação da relevância do escolhido para tornar-se notícia. Com relação a eles, estão: a) as características da notícia, isto é, referentes ao conteúdo; b) os processos de produção e realização; c) o produto propriamente dito; d) o público; e e) a concorrência. Em suma, política, social e culturalmente, as notícias sofrem recortes tendenciosos e articulados com os meios onde se originam, atendendo a expectativas pré-determinadas, geralmente associadas às demandas econômicas e àquelas que sucumbem às relações de poder que se configuram socialmente. Dessa maneira, ao incorporar os elementos informativos que acompanham os acontecimentos noticiados, sobretudo quando propõem a leitura de figuras públicas e de fatos que influem diretamente nos direcionamentos políticos e sociais, é necessário que se tenham claras essas noções, a fim de que as concepções assimiladas, em maior ou menor grau, estejam cômicas da falácia instituída nos discursos de isenção dos meios de comunicação, bem como na transparência frente aos fatores que constituem as narrativas jornalísticas e suas motivações.

### 3.3. JORNALISMO DE REVISTA

Pensar o jornalismo a partir da perspectiva das revistas é um exercício que exige tensionamentos distintos daqueles que o jornalismo de jornais, por exemplo, exerce. Nesse sentido, as revistas podem ser entendidas como lugares de memória que possibilitam a análise do movimento das ideias que conformam uma época (VELLOSO, 2010).

Deste modo, uma revista, em meio à grande diversidade de temáticas existente no mercado, é um encontro entre um corpo de profissionais e um leitor, um encontro de afinidades e, nesse sentido, ajuda a construir uma identidade, a criar identificações. Essa mediação entre revista e leitor, com interesses comuns e específicos, dá a sensação de pertencer a um determinado grupo e funciona muitas vezes como uma espécie de carteirinha de acesso a eles. (CAVALCANTI, 2016, p.34)

A partir dessa linha de raciocínio, é inevitável que se atrele a construção discursiva das revistas aos direcionamentos de sentido que pretende dar aos seus leitores, já habituados a um determinado tipo de narrativa que conforma, via de regra, seu entendimento de mundo. Dessa maneira, analisar capas de revista, como o presente trabalho se propõe a fazer, diz respeito ao desafio de articular as linhas editoriais referentes a cada uma delas, incorporando suas proposições ao contexto em que se inserem, já que, conforme Velloso (2010), as revistas exercem um papel expressivo no que tange às configurações pertinentes à memória e ao acionamento dos fatos em dado espaço-tempo. Nesse sentido, a vinculação das revistas com o caráter identitário que os acontecimentos propõem aos indivíduos confere a elas um estatuto considerável do ponto de vista da relevância social à medida que se configuram como um tipo de jornalismo cuja prática é singular, o que torna necessária uma abordagem mais específica acerca de suas particularidades (CAVALCANTI, 2016, p.37).

Um ponto central na determinação da prática jornalística própria das revistas corresponde ao seu trabalho notável na definição de nichos e na segmentação com relação aos públicos que pretende atingir. Dessa forma, a prática que circunda as determinações do que retratar e do modo como fazê-lo está intimamente associada à infinidade de possibilidades que elas têm a capacidade de oferecer no quesito de identificação de seus leitores, contribuindo com o estabelecimento de uma linguagem específica, que respeita e atende os anseios já previstos por aqueles que irão adquiri-las. A esse respeito, Cavalcanti (2016, p.38) infere que “não à toa, a palavra ‘magazine’, usada em inglês para se referir a revistas, surgiu porque as pessoas as percebiam como grandes lojas”. Seguindo essa perspectiva, fica clara a compreensão dessa sua característica primordial de atuar como uma verdadeira vitrine, onde os fatos são colocados e intencionalmente retratados, de modo que caibam nos parâmetros definidos de acordo com os sugestionamentos coerentes com a linha editorial que ocupam.

Pelo fato de contarem com o capital simbólico próprio do jornalismo, as revistas têm um poder considerável no que diz respeito ao condicionamento de posturas por parte dos seus leitores, atrelando o modo como recortam os fatos, principalmente no tocante às suas capas, ao posicionamento esperado no que concerne à opinião do seu público frente a acontecimentos mais ou menos importantes no cenário em que se situam (BERGER, 2003). Dessa maneira, ao analisar o modo como as revistas aqui estudadas tratam a construção da imagem pública de Dilma Rousseff, é possível estabelecer algumas zonas que são constantemente mencionadas com o intuito de que os sentidos propostos à sua

imagem sejam reverberados através das narrativas de enquadramento no mundo, oferecendo informações que digam aos seus leitores a respeito do mundo, de como ele funciona e de como eles podem pertencer melhor a esse mundo, tendo em vista as propostas de verdades assinaladas (PRADO, 2010).

Diferentemente do jornal, as revistas carregam, como característica essencial, uma maneira fragmentada de construção de sentido à medida que possuem o tempo como medidor indispensável, que interfere na duração dos conteúdos produzidos nas mãos do leitor (CAVALCANTI, 2016, p.39). Nesse sentido, é imperativo, segundo Cavalcanti (2016, p.40), que seja levada em conta a seleção de textos e imagens pelas revistas, sobretudo aquela estabelecida em suas capas, de modo que confirmem maior visibilidade, prestígio e legitimação aos eleitos, “seguindo a lógica de autoridade típica do jornalismo de revista”.

### 3.3.1. Das capas de revistas

A grande particularidade no tocante às capas de revistas situa-se justamente na relação que elas estabelecem com todos os seus elementos constituintes (imagens, cores, textos e grafismos). Em outras palavras, os detalhes que podem ser percebidos a partir da seleção de cores, formatos, textos e fundos dão a ver uma especificidade importante ao analisá-las, como a pesquisa em questão se propõe a fazer, já que, segundo Almeida (2008):

A análise dos textos e das imagens permite assim realizar duas leituras: uma primeira relativa ao que está explícito na visualização da membrana (o que a revista considera importante noticiar, o fato em si) e uma segunda relacionada aos significados suscitados pela representação estética do conteúdo (ALMEIDA, 2008, p.26).

É por isso que, segundo Storch (2012, p.145), a capa atua como a página determinante da revista, uma vez que é através dela que o seu público “reconhece uma publicação específica, ou mesmo se reconhece, busca criar laços de identificação para definir-se como potencial consumidor ou leitor de seu conteúdo”. Além disso, tão relevante quanto aquilo que as revistas escolhem para compor suas capas, é também aquilo que se determina para ser esquecido ou não lembrado (CAVALCANTI, 2016, p.45). Em outras palavras, trata-se de um trabalho importante de interpretação a respeito não apenas



do mundo que as revistas buscam retratar, mas daquele que diz respeito somente a elas, isto é, que se estrutura de modo único a partir da composição imagética e discursiva, especialmente em suas capas. Dessa maneira, Antunes e Vaz (2006, p. 47) sinalizam que a capa de revista pode ser vista como:

1) uma forma específica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de significação, de estruturação de sentido; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes. (ANTUNES; VAZ, 2006, p.47)

Sendo assim, as capas escolhidas para análise, neste trabalho, seguem, necessariamente, uma formatação específica no tocante às costuras de seus discursos com os sentidos que pretendem dar à imagem pública de Dilma Rousseff, sobretudo a partir do acionamento do acontecimento público determinante para as projeções de sua personalidade e suas capacidades enquanto Chefe de Estado: o processo de Impeachment. Dessa forma, é preciso associar tamanha legitimidade conferida à prática jornalística ao que Miguel (1999, p.197) chama de “sistema perito”. Para o autor, o jornalismo como um sistema perito se trata de “um sistema de excelência técnica cuja efetividade repousa na confiança depositada por seus consumidores” (MIGUEL, 1999, p.197). Dito de outra maneira, a credibilidade atribuída aos acionamentos determinados pelas revistas, sobretudo a partir de suas capas, está relacionada com o poder simbólico que o jornalismo carrega, capaz de estabelecer os valores que serão atrelados aos acontecimentos, bem como àquilo que é digno de validação ou não para a interpretação não só do fato exposto, mas do contexto em que se insere e dos sentidos associados a ele.

Com essas aferições colocadas, a compreensão acerca da relevância do papel das capas de revistas para as proposições de sentido direcionadas à sociedade no que concerne à imagem pública de Dilma Rousseff torna-se mais límpida e justificada, uma vez que, segundo Charaudeau (2006a, p.92), existe a dimensão do “fazer sentir” nas capas das revistas, responsáveis pela “encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização”. Em suma, o que autor ratifica diz respeito à capacidade inegável que elas possuem de gerar efeitos sobre os indivíduos. A respeito disso, Almeida (2008) salienta a participação essencial que a forma e o conteúdo exercem nesse processo, “o que implica tratar a linguagem também na sua dimensão estética (cores, texturas, tipologia, edição da imagem, por exemplo). No caso específico da capa de revista, o tratamento estético confere a ela o poder de ser ou não atrativa ao leitor” (ALMEIDA, 2008, p.21). Por isso, subsidiadas de conceitos que deem conta da inferência

desses aspectos, as capas de revistas podem ser extremamente úteis para o desmembramento das principais construções de sentido frente a importantes acontecimentos que acometem a sociedade.

### 3.3.1.1. Da fotografia nas capas de revistas

Outro fator importante a ser refletido a respeito da composição das capas de revistas consiste no poder simbólico que as fotografias que nelas se inserem carregam. Em outras palavras, historicamente, é possível que se recuperem diferentes perspectivas no que tange ao tratamento reservado aos formatos através dos quais as imagens eram dadas a ver. Com o advento da fotografia, pois, segundo Tacca (2005), algumas dimensões de leitura e decodificação de verdades que são ofertadas sofreram modificações. Nesse sentido, “interpretadas como um programa tecnológico embutido na funcionalidade material, as imagens técnicas passaram a criar juízos sobre a realidade a partir desses programas, internos também à sua própria lógica” (FLUSSER apud TACCA, 2005).

A partir da compreensão acerca da importância não apenas do que é dado à luz, mas do mecanismo através do qual ele é apresentado, torna-se razoável tensionar o estatuto de uma verdade imagética que é exposta por meio das fotografias, e que esvazia, de alguma maneira, os sentidos de dúvidas e ruídos que possam, por outros meios, se fazer presentes entre o leitor e a imagem. Dito de outra maneira, é como se “a verdade imagética realista, dotada de uma aura de pureza e neutralidade, [...] conduzisse as primeiras impressões e conceitos” (TACCA, p.12, 2005). Para a prática jornalística, de modo particular, é sempre interessante que esse tipo de sentimento seja acionado, pois ele intensifica a percepção sobre o que se pretende mostrar. Nesse momento, pois, começam a valer outras ferramentas de significação para os propositores do discurso, especialmente se utilizarem unicamente o artifício das fotografias para compor os seus argumentos. No caso das capas das revistas, a realidade que se faz presente na expertise dos profissionais consiste, dentre outras coisas, no conhecimento a respeito dos principais elementos que devem ser destacados no enquadramento imagético de determinada edição, entendendo o modo mais eficaz para convencer o seu público em relação à mensagem que se quer passar.

A imagem técnica, através da fotografia, surgiu com um desafio implícito: aproximar a perspectiva natural do olho humano daquilo que se vê. Como, inevitavelmente, todos os indivíduos são dotados de um repertório cultural que influencia

em sua leitura de mundo, é como se a fotografia reduzisse esse teor representacional e guiado das interpretações a respeito da realidade, dando maior autonomia aos sujeitos sobre seus modos particulares de conceber as coisas. Essa constatação, no entanto, é questionada por Barthes (1984) quando identifica a presença simultânea de duas estruturas na fotografia: imagem e texto. Além disso, o autor identifica uma “fragilidade conotativa” na fotografia à medida em que a considera como algo sem código. Por esse motivo, os estímulos externos, para a sua decodificação, sob esse ponto de vista, seriam necessários, levando em conta um encadeamento mais complexo de elementos do que aquele que entende a fotografia como algo completo em si mesmo.

Para o estudo do modo como as capas retrataram a imagem da presidenta Dilma Rosseff, cabe acionar os dois elementos postos em discussão, já que, de um lado, a prática jornalística precisa, de fato, intensificar sua expertise em termos de (re)conhecimento de mundo, a fim de utilizar as fotografias mais adequadas ao objetivo estabelecido. Outro ponto, por sua vez, diz respeito à conotação enaltecida por Barthes, que permite com que o processo constitutivo dos argumentos evidenciados nas capas não se liquide em si mesmo. Em outras palavras, ambas as perspectivas parecem se complementar à medida que se reconhece a inutilidade de construir um discurso engessado em suas verdades (à prática jornalística, descartável pela impossibilidade de articulação de elementos subsidiários para a estruturação de suas narrativas), ao mesmo tempo em que se torna arriscado abrir mão de aspectos garantidores de um mínimo de organização prévia em si mesmo, dando à sorte o lugar central para a decodificação dos discursos construídos.

Como tangenciamento ao tema proposto pelo presente estudo, cabe que se levem em consideração as condições subscritas ao cenário político sobre o qual as intenções das revistas estavam amparadas, as entendendo como pressuposto indispensável à ratificação de determinada ideia a respeito da presidenta, além do acesso a aspectos inerentes à cultura. Conforme Tacca (2005):

Assim, as imagens técnicas serão utilizadas pelas sociedades democráticas e capitalistas na construção de ídolos para consumo de massa e nas sociedades autoritárias para construir verdadeiros deuses humanos para impor uma imagem única e referencial. (TACCA, 2005, p.15)

Por estabelecer uma intimidade com a perspectiva semiótica, a fotografia pode ser entendida como algo da ordem indicial, icônica e, em último grau, simbólica. (TACCA,

2005). A partir dessa perspectiva, portanto, percebe-se a real capacidade da fotografia de incorporar uma determinada qualidade por convenção, sendo uma excelente estratégia discursiva para a emancipação de determinados pontos de vista em detrimento de outros.

Principalmente os regimes autoritários usaram do retoque químico na fotografia para criar um imaginário social e uma convenção reducionista da realidade, fazendo desaparecer da representação os opositores ou algo que fosse contrário à ideologia dominante, além do culto à personalidade. (TACCA, 2005, p.16)

Na fotografia, em suma, identifica-se uma potência catalisadora de sentidos disponíveis aos profissionais que manejam o seu uso, comportando-se como um eficiente mecanismo persuasivo e de construção e costura da realidade que se pretende mostrar. Às capas, portanto, interessa a utilização estratégica das fotografias à medida em que a relevância do aspecto visual é preponderante.

#### 4. A MULHER NA POLÍTICA E NA MÍDIA

Refletir acerca de teoria política significa, necessariamente, refletir a teoria de gênero, embora pouca menção sobre esta última seja feita comumente (BIROLI, 2017, p.177). Em outros termos, a grande questão está situada na problematização da presença da mulher nos cargos de poder e, mais que isso, da sua influência real nos processos decisórios, que diz respeito à compreensão no tocante à emergência da erradicação das desigualdades, sobretudo para romper suas raízes geradoras de ramificações graves aos mais diversos segmentos sociais. Dessa maneira, abordar a ideia de (sub)representação da mulher na política, tomando como referência as abordagens direcionadas à imagem pública de Dilma Rousseff pelas capas das revistas IstoÉ, Veja, Época e Carta Capital durante o processo de Impeachment na Câmara Federal, nada mais é do que admitir a disparidade existente entre o acesso a privilégios, bem como às permissões e proibições reservadas aos homens e às mulheres em suas vidas tanto na esfera pública quanto na privada. Para ilustrar, faz-se relevante tomar como ponto de partida o fato de as mulheres representarem 52% do eleitorado brasileiro. Atinente a essa realidade, os dados<sup>1</sup> mais atuais disponibilizados pelo Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) corroboram a diferença entre os gêneros, de onde se pode inferir, a partir das eleições de 2018, a ocorrência de 8,3 mil candidatas, o que representa 30,64% do total<sup>1</sup>.

Os estudos teóricos que produzem tornam explícitas as conexões entre a suspensão da dominação masculina como problema político, as barreiras para que as mulheres se situem como produtoras de conhecimento e a exclusão histórica das mulheres da condição de sujeitos políticos. (BIROLI, 2017, p.186)

Nesse sentido, tratar como pauta política as reivindicações insurgentes das mulheres compõe um dos aspectos básicos a serem previstos pelos protocolos reconhecidos por aqueles que ocupam, de forma majoritária, os maiores e mais importantes espaços de poder: os homens. Dito de outra maneira, é imperativo que haja protagonismo para as vozes femininas no que diz respeito, sobretudo, às demandas cuja deliberação só cabe às mulheres, como, por exemplo, a autonomia sobre o seu corpo em pautas como o aborto. No entanto, ao tematizar política, confirma-se, através de um olhar

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/justica-eleitoral-desenvolve-aco-es-para-ampliar-a-participacao-da-mulher-na-politica>. Acesso em 08 nov. 2018.

sem grandes aprofundamentos a respeito de seu panorama, as normatizações androcêntricas de seu escopo, nitidamente alinhadas com os cuidados concernentes à manutenção de benefícios historicamente regozijados de modo exclusivo pelos homens. Por isso, Pinto (2010, p.21) ratifica que “[...] não se trata de defender a existência de uma mulher essencial, mas de uma mulher que se fez mulher historicamente em uma dialética de dominação e resistência”.

Para o capítulo que se segue, importa destacar alguns pontos de reflexão considerados centrais para a posterior costura entre as bases teóricas que dão suporte às inferências acerca da realidade da (sub)representação da mulher na política com a análise de uma figura pública importante, a então presidenta Dilma Rousseff, dentre outras coisas, para as discussões das influências de gênero nos cargos representativos e nas proporções que a visão androcêntrica ocupa na incorporação e significação das coisas do mundo. Desde os sentidos ancorados nas percepções mais abstratas às mais concretas, as relações de poder e as expressões de ordem simbólica atuam como sustentáculos para as predisposições oriundas de uma cultura de base patriarcal, que se perpetua não pelo conhecimento profundo de suas engrenagens, mas sim pela incomensurável obscuridade frente aos seus estímulos e pressupostos (BOURDIEU, 2002, p.49 e 50).

#### 4.1. DEBATE FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

Como ponto de partida a qualquer problematização que se faça a partir de uma perspectiva de gênero - mais especificamente ao analisar a disparidade comum aos lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade e, de modo especial, na política - é imprescindível que se pense em uma série de variáveis que atravessa essa realidade. Nesse sentido, tal como qualquer construção social, as relações que os sujeitos estabelecem, as noções de valores e a cultura que permeiam sua realidade são elementos fundamentais para que se possam analisar os aspectos mais salientes à sua conformação política e à vocalização de diferentes atores em meio à dinâmica social.

No tocante ao debate feminista e ao espaço que tem ocupado politicamente nos últimos tempos, especialmente no que diz respeito aos ataques de cunho misógino e machista sofridos por Dilma Rousseff através da mídia durante o processo de Impeachment, é essencial que se recuperem algumas noções históricas de seus diferentes contextos, a fim de que as bases constitutivas desse processo, que implicam na realidade vivenciada hoje, deem suporte às problematizações que o presente trabalho se propõe a

fazer no que tange à permeabilidade da política à participação da mulher, bem como as possibilidades encontradas pelo número restrito de mulheres que consegue se colocar nessa esfera social. A esse respeito, Biroli (2017, p.176) enfatiza que “[...]o foco das teorias feministas não é específico (as mulheres, o feminino, a agenda feminista); tratam de política, de democracia, de justiça”. Sendo assim, é preciso que, anterior ao início do debate concernente à atuação da mulher na sociedade e, mais do que isso, aos espaços reservados para sua efetivação, sejam recuperados os pilares que dão sustentação às discussões de gênero cujo objetivo centra-se na realidade histórica sobre a qual as esferas pública e privada foram instituídas, entendendo os papéis da mulher e do homem como coisas definidas historicamente.

Por meio de análises bem fundamentadas do pensamento político e dos modelos científicos adotados em diferentes campos disciplinares, as teorias feministas têm demonstrado amplamente que o empírico não corresponde a algo autoevidente, mas resulta de processos seletivos de valorização, que conferem saliência a determinados aspectos da realidade e a apreendem a partir de perspectivas enraizadas em contextos determinados das relações e da produção do conhecimento (BIROLI, 2017, p.176).

Dessa forma, é possível perceber o quão simplista um debate se formaria se fosse embasado apenas na premissa de que há desigualdade estrutural na distribuição de renda, cargos e poder para as mulheres, sobretudo quando se compara sua projeção na política com relação à de um homem. Para além dessas constatações que se situam quase que no plano da obviedade, Biroli (2017) propõe um aprofundamento da compreensão das tradições políticas, questionando de que modo as instituições burocráticas vêm atualizando as teorias construídas e as premissas que subsidiam as ações e as tomadas de decisões sociais, tendo em vista o atendimento de toda a sociedade. Apesar de, no Brasil, ter sido prevista, na Lei nº 12.034/2009<sup>2</sup>, a exigência de 10% da propaganda dos partidos políticos para a promoção e difusão da participação da mulher na política, cabe o destaque sobre o verdadeiro silenciamento que ocorre no que diz respeito às pautas de gênero na política, comprovando, de modo contundente, o distanciamento que se instituiu entre o mundo do qual se fala e aquele no qual se vive. No que concerne a esse pensamento, Biroli (2017) contribui ao sinalizar que:

As pesquisas feministas têm permitido estabelecer conexões entre quem fala e o mundo de que se fala, entre a produção teórica e as concepções da política que nelas emergem. Sustento que esse é um eixo central na conformação dos

---

<sup>2</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm). Acesso em 08 nov. 2018.

questionamentos teóricos feministas – a atenção ao ponto de vista, à perspectiva, à posição social relativa e à dimensão de gênero da produção material tanto quanto da do conhecimento (BIROLI, 2017, p.188).

Consiste, pois, justamente na reflexão a respeito dos espaços de poder disponíveis à mulher, ao modo como ela é tratada ao ocupá-los e ao significado dado às construções empíricas e normativas no campo da política que o presente trabalho se propõe a inferir. A partir de um roteiro histórico e de produções concebidas por representantes feministas da teorização da Ciência Política é que se pretende estabelecer um diálogo coerente, que seja capaz de promover a harmonia que deve existir a qualquer estudo de relevância social, ou seja, a consideração do lugar de fala, a transparência frente aos privilégios e a exposição real dos antecedentes históricos responsáveis pelas mentalidades políticas e sociais com as quais as diferentes esferas da sociedade se deparam.

#### 4.2. DOMINAÇÃO MASCULINA E OS ESPAÇOS DA MULHER NA POLÍTICA

Para o presente trabalho, importa refletir a respeito dos elementos que subsidiam o imaginário de poder que se estrutura sob a égide do masculino, reverberando, por meio de suas lógicas de ação e equalização dos lugares de fala e dos cargos eletivos decisórios, especialmente na política, as implicações que a estruturação cultural sobre o entendimento de gênero e as relações de poder que estabelece são capazes de provocar em termos de silenciamento das mulheres e apagamento histórico no que compete à conformação dos preconceitos e exclusões sofridos a partir do sistema patriarcal consolidado. Para Bourdieu (2002), a costumeira desconsideração dos processos sociais na construção da dinâmica de divisão dos espaços de representatividade masculinos e femininos é imperativa para a naturalização dos padrões de dominação e de suas justificativas. Em outras palavras, o autor propõe que:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os "gêneros" como habitus sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa. (BOURDIEU, 2002, p.9 e 10)

Em harmonia com essa lógica proposta por Bourdieu, Pinto (2010, p.19) lança as seguintes questões: “qual a razão pela qual a mulher tem presença tão pequena nos postos



de poder político? A resposta estaria exclusivamente na estrutura de dominação[...]?”. Pensar a esse respeito exige o atravessamento de uma série de aspectos, uma vez que a estruturação social capaz de convencer os indivíduos sobre protocolos pré-definidos, norteadores das normas e sujeições inculcadas socialmente, institui-se à medida que são propostos, a todo o momento, paradigmas que direcionam proibições e permissões aos gêneros. Como intensificador dessa lógica, está o trabalho que a mídia realiza. Nesse sentido, para exemplificar o poder simbólico mencionado, cabe recuperar a edição da Revista Veja<sup>3</sup>, veiculada em abril de 2016, cuja manchete era: “Bela, recatada e do lar”, trazendo à tona o comportamento exemplar - e esperado de uma mulher - da então futura primeira dama do Brasil, a esposa de Michel Temer, Marcela Temer. Seu foco, por sua vez, residia na construção de um discurso capaz de convencer a respeito do lugar da mulher na sociedade e o tipo de comportamento legitimado e valorizado para a “mulher ideal”.

Extrapolar, pois, as fronteiras demarcadas dos sexos corresponde, segundo Bourdieu (2002), a transgredir a “ordem natural das coisas”, que se faz nos esquemas de percepção, responsáveis, sobretudo, por guiar as noções pertinentes ao que se entende como “natural e normal”, como “ideal e esperado”. A grande questão, portanto, pode ser que esteja situada, em um primeiro momento, em admitir que a visão androcêntrica de mundo dispensa, notoriamente, qualquer tipo de justificção para se fazer legítima (BOURDIEU, 2002, p.18). Dito de outra maneira, é evidente que os princípios que regem a sociedade estão instruídos pelas lógicas masculinas de dominação, que se aplicam tanto à esfera pública quanto privada, repercutindo nas visões que se instituem como oficiais a respeito dos corpos, dos limites de ação e, conseqüentemente, nos lugares de atuação que são permitidos às mulheres. Sem dificuldades, pois, é possível que essas características sejam observadas no tratamento recebido por Dilma pela mídia, que articulou ao âmago de seus discursos contra a ex-presidenta questões nitidamente descoladas de sua eficiência enquanto governante, estabelecendo como foco um teor de ridicularização à sua “aventura rebelde” e “fora do lugar” na política. Um indício emblemático dessa circunstância pode ser acionado a partir da passional votação na Câmara Federal, em abril de 2016, que aprovou a admissibilidade do processo de Impeachment. Na ocasião, os argumentos acessados pelos parlamentares estavam, em sua ampla maioria, sob a égide de um

---

<sup>3</sup>Edição da Revista Veja disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 08 nov. 2018.

imaginário costurado a noções tradicionais sobre família e bons costumes, invalidando alguns dos principais princípios do Estado Democrático Brasileiro, como a própria laicidade.

Adotar, pois, a proposição dessa linha de raciocínio para as relações de poder, que instituem as premissas de dominação para o masculino, significa compreender que as origens dos sistemas de atribuição de sentido respeitam, invariavelmente, as bases legitimadas pelas regras estabelecidas pelos homens. Em consequência disso, a falta de expressividade das mulheres na arena política é uma realidade que se confirma de inúmeras formas e que se sustenta em diversos discursos. Para Butler (2003):

Se alguém “é” mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2003, p. 20)

Dessa forma, é nítida a ineficiência de uma fórmula simplista que vise à inclusão das mulheres, sob o risco de significar tão somente algo que se configure como uma medida paliativa ou, ainda, de mascaramento das demandas das mulheres a respeito de sua atuação nos espaços públicos. Exercitando essa maneira de vislumbrar a realidade da representação feminina, sobretudo na política, é possível que se diminua a resistência de se olhar à existência histórica da mulher como algo pautado nas lógicas da dominação e submissão a sistemas estruturados a partir de lentes configuradas para vê-las como peças moldáveis para uso de seus mentores. Assim, segundo Pinto (2010), há duas características fortemente marcadas no sistema de dominação masculino, que atuam como potencializadoras para a legitimação dos modos de participação conferidos às mulheres na política, que consistem na desigualdade social e na grave discrepância com relação ao acesso a direitos.

A essa relação obscura que se estabelece entre o controle das verdades aceitas, o modo ideal de comportamento para as mulheres e, conseqüentemente, aos lugares permitidos que ocupem, soma-se a perversa tentativa, na maior parte das vezes bem sucedida, de que elas devem “aceitar se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração (como eminências pardas)” (BOURDIEU, 2002, p.43). Nesse sentido, incorporam-se a essa noção as bases necessárias para que os padrões masculinos continuem ocupando os espaços de projeção e de privilégios, de modo que a

própria dinâmica social funcione como garantidora de seus benefícios de poder e dominação vigentes. Por esse motivo, Pinto (2010) adverte:

[...]penso que urge um programa de inclusão das mulheres na vida política, que não pode ser entendido como confecção de cartilhas ou campanhas publicitárias, mas, e eu estou convencida disto, como um programa para dar voz às mulheres, para construir espaços nos quais as mulheres falem. (PINTO, 2010, p.21)

Segundo a autora, é apenas através do planejamento eficaz de ações efetivas que se pode começar a construir um caminho de avanços que esteja pautado em resoluções palpáveis, passíveis de gerarem consequências reais de mudança e reconfiguração das principais premissas subsidiárias do sistema patriarcal dominante. Nesse sentido, é imprescindível que medidas de admissão frente aos preconceitos e aos silenciamentos existentes na realidade das mulheres sejam implementadas nas pautas políticas, de modo que as demandas femininas consigam superar seu lugar de mera discussão no plano teórico e consigam, de fato, reivindicar seu espaço de urgência no que tange ao atendimento de suas ramificações insurgentes, que se situam em diversos âmbitos da vida em sociedade.

#### 4.2.1. Desinteresse pela política: um discurso que afasta as mulheres

Ao serem colocados em xeque os critérios utilizados para a construção de discursos que buscam justificar a ausência das mulheres em cargos de poder na política, provam-se, de modo ainda mais enfático, as bases constituintes das falas que se emancipam e se legitimam nas esferas de poder. Ao abordar sobre a perspectiva de gênero na Ciência Política, Biroli (2017, p.184 e 185) sinaliza:

Em outras palavras, não tematizando as relações de gênero, a teoria política assume uma conformação de gênero da política e do pensamento, colaborando para reproduzir formas de dominação que excluem e marginalizam as mulheres (BIROLI, 2017, p.184 e 185).

A esse respeito, fica nítido o tipo de relação que, historicamente, vem sendo estabelecida entre os assuntos de interesse público - que envolvem poder e decisões de projeção social - e as mulheres. Ao analisar as demandas cujos filtros da política selecionam como relevantes em detrimento daquelas avaliadas como menos urgentes, nota-se o quanto as instituições burocráticas estão, de fato, preocupadas em promover a igualdade social, levando aos cidadãos não apenas o discurso sobre os direitos de cidadania teoricamente garantidos nas democracias contemporâneas, mas buscando trazer

à luz as lacunas sociais sobre as quais se constituiu uma cultura patriarcal, inclinada a se importar tão somente com pautas que contribuem para a afirmação do sistema tradicional com o qual se habituou a atuar e que, logicamente, se faz mais confortável àqueles que, desde sempre, regozijaram dos privilégios criados aos mesmos que criam as leis e tomam as principais decisões: os homens.

Situado nessa relação ambígua e complexa entre teoria e prática política, o debate feminista tem se confrontado com a permeabilidade desigual das democracias à participação de indivíduos e grupos; as configurações excludentes da esfera pública e suas hierarquias; as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública; a institucionalização e efetivação desigual do acesso a direitos de cidadania nas democracias contemporâneas; os critérios para a definição de princípios de justiça; os limites e o escopo do Estado como garantidor e como violador de direitos; as condições para a vocalização dos interesses de grupos subalternizados (BIROLI, 2017. p.175).

Para além da constatação sobre a realidade com a qual as mulheres se deparam ao procurar seu lugar de fala na política, é fundamental que se recupere a noção de naturalização cultural cuja lógica se emancipa no contexto dos padrões adotados e, sobretudo, reproduzidos ao longo das gerações. Nesse sentido, referenciar a situação das proporções concernentes à presença das mulheres nos cargos de poder da esfera pública exige pensar a respeito das estruturas sociais que vêm sendo reafirmadas através dos comportamentos dos cidadãos e do modo como foram habituados a entender acerca de política.

Conforme Biroli (2010), o silêncio massacrante referente à atuação das mulheres na política, bem como o distanciamento dessa pauta no que tange às discussões de gênero e a reprodução da ideia de que o interesse da mulher frente à política é raro fazem com que, socialmente, se compactue com as divisões estabelecidas no âmbito do trabalho para ambos os sexos, entendendo que as circunstâncias correspondem unicamente à realidade com relação à definição prévia dos lugares a serem ocupados por cada um deles. Por isso, a autora ressalta que “a naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como ‘negócio de homens’” (BIROLI, 2010, p.274). Ao contextualizar esse entendimento de ordem cultural com o modo como a então presidenta Dilma Rousseff foi tratada durante o processo de Impeachment, torna-se mais palpável a questão da determinação dos papéis diferenciados aos homens e às mulheres, notando, por exemplo, a desconsideração de sua trajetória política marcada pela resistência e pela tortura durante a ditadura militar (1964-1985). Nessa perspectiva, toda a narrativa direcionada a ela

desconsiderou o fato de Rousseff ter sido a primeira mulher a exercer funções como Secretária Municipal da Fazenda em 1986, ou então a sua atuação como Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicações em 1993. Mesmo sem seus direitos políticos cassados, o seu Impeachment foi mais etapa da sua história pessoal, agravada pelo fato de ser uma mulher que, historicamente, sofre com uma divisão bastante clara no que diz respeito às esferas pública e privada.

Assim sendo, os estereótipos de gênero, ainda mais evidenciados pelo intermédio da mídia ao promover os discursos presentes na sociedade, precisam ser interpretados como uma implicação resultante de uma dinâmica social de maior alcance. Ela que, por sua vez, se reverbera no sentido de criar uma regularidade nos processos responsáveis pela compreensão dos sujeitos com relação às demandas sociais, especialmente para agir como legitimadora de determinadas configurações que abarcam a participação na política e a representatividade incumbida nessa esfera (BIROLI, 2010). A autora afirma:

Isso significa, entre outras coisas, uma clareza em relação ao fato de que um aumento da presença de mulheres em esferas de poder e visibilidade não implica, necessariamente, a promoção de perspectivas críticas às relações convencionais de gênero e, mesmo, ao problema específico da subrepresentação das mulheres em espaços de poder. (BIROLI, 2010, p.280)

Em outras palavras, o que se reitera a esse respeito consiste no entendimento do apagamento das marcas de gênero que comumente ocorre por parte da mídia e dos diferentes atores sociais. Dessa forma, torna-se razoável pensar que, em uma sociedade onde há uma série de regularidades convencionadas ao papel da mulher, fazer das relações de gênero e de privilégios coerentes a elas uma pauta no âmbito político é quase sempre incogitável. Dentre outras coisas, isso se deve à já citada naturalização extrema das premissas criadas para os lugares ocupados pelas mulheres, que estão frequentemente relacionados à maternidade e à sexualidade, por exemplo (BIROLI, 2010, p.293).

Dessa forma, articular as bases estruturais socialmente ratificadas através de comportamentos e valores cultivados é essencial para refletir criticamente a respeito da imagem pública construída para a então presidenta Dilma Rousseff. Ancoradas nos pressupostos culturais assinalados, as análises das capas poderão ser lidas de modo mais sóbrio e racional, entendendo que o tratamento recebido por uma mulher na política é completamente adverso àquele que um homem recebe ao ocupar o mesmo cargo - realidade que não é exclusiva dos postos de poder, mas que pode ser identificada nos mais diversos segmentos da vida social.

## 5. O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

A etimologia da palavra “Impeachment” é proveniente do latim *impedimentum* cujo significado é impedir, proibir. No Brasil, esse tipo de processo está previsto na Constituição Federal, que define os crimes de responsabilidade, que são aqueles capazes de condenar, com a destituição de seu cargo público, um acusado do campo político. Pertinente ao processo, Coelho e Viechineski (2016) contribuem:

Considerando que o impeachment tem por objetivo principal o afastamento daquele que não honrou seus deveres funcionais e o compromisso com o povo que o elegeu, e não a sua condenação propriamente dita, a maior parte dos doutrinadores entende ser este um instituto de natureza política. É pertinente lembrar que a condenação por crime de responsabilidade prevê sanções próprias; porém, ocorre sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis, como condenação em processo penal, caso o ato se tipifique como ilícito penal. (COELHO; VIECHINESKI, 2016, p.2)

Além disso, na Constituição Federal de 1988, o processo de Impeachment está previsto no artigo 85, que enumera os crimes de responsabilidade, definidos como os atos do Presidente da República que ferirem a Constituição Federal. Segundo Coelho e Viechineski (2016), crimes de responsabilidade são delitos político-administrativos que agentes políticos que ocupam cargos públicos cometem, e que são preestabelecidos por meio de lei federal. Assim, a destituição dos cargos só se efetiva a partir de uma decisão do Poder Legislativo, responsável por respeitar as normas previstas na Constituição Federal. No que tange ao processo de Impeachment em particular, a lei que o regula é a Lei 1.079 de 1950, que tipifica as regras a serem seguidas para a apresentação da denúncia, apuração da acusação e seu respectivo julgamento (COELHO; VIECHINESKI, 2016, p.6).

Por dar conta da análise do processo Impeachment na Câmara Federal, a partir das capas das revistas selecionadas, a contextualização a respeito do acontecimento pertinente ao Impeachment de Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores) é essencial à medida que permite situar o leitor no espaço-tempo considerado, bem como nos principais elementos levados em consideração no presente estudo. Importa, pois, compreender o panorama que interessa às análises das capas das revistas, costurando suas abordagens aos editoriais propostos pelas mesmas e aos eventos políticos, sociais e econômicos que estavam circundando a vida dos brasileiros à época. Como ponto de partida à contextualização necessária frente ao processo de Impeachment, foi montada uma linha do

tempo capaz de trazer os principais acontecimentos do período, cumprindo o papel de relacionar o panorama do qual se fala aos eventos com os quais o presente estudo se propõe a analisar a partir das capas das revistas:

**Quadro 1 - Linha do tempo do Impeachment de Dilma Rousseff**

<b>DATA</b>	<b>ACONTECIMENTOS</b>	<b>ATORES PRINCIPAIS</b>
01/09/15	1. Pedido de Impeachment entregue à Câmara	Juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale e Helio Bicudo
02/09/15	2. Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceita o pedido de Impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff	Presidente da Câmara Eduardo Cunha
02/10/15	3. A presidente Dilma anuncia uma reforma ministerial e entrega pastas de Ciência e Tecnologia e Saúde para o PMDB	Dilma Rousseff
06/10/15	4. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabre ação do PSDB para impugnar os mandatos da presidente Dilma e do vice Michel Temer por suposto abuso de poder na eleição de 2014	TSE, Dilma Rousseff e Michel Temer
02/12/15	5. Eduardo Cunha autoriza a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma baseado no requerimento feito pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior	Eduardo Cunha e Dilma
07/12/15	6. Michel Temer envia uma carta a Dilma em que aponta 'fatores reveladores da desconfiança' que o governo tem em relação a ele e ao PMDB e se diz um "vice decorativo"	Michel Temer
11/12/15	7. Dilma Rousseff entra com uma ação no STF para anular o processo de Impeachment	Dilma Rousseff e STF
28/01/16	8. As contas do governo têm rombo recorde de R\$ 114,9 bilhões em 2015	Governo Dilma
01/02/16	9. A Câmara recorre ao Supremo contra a decisão da Corte que barrou o rito definido por Eduardo Cunha para o impeachment	Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e Supremo Tribunal Federal
23/02/16	10. O marqueteiro do PT João Santana e a mulher são presos pela Operação Lava Jato	Marqueteiro do PT João Santana e Operação Lava Jato
03/03/16	11. O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) firma um acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República em troca de possível redução de pena.	Senador Delcídio do Amaral, Dilma e Lula
13/03/16	12. Governo Dilma é alvo do maior protesto nacional pelo Impeachment	Governo Dilma
16/03/16	13. Supremo nega o recurso de Cunha e mantém as regras definidas para o Impeachment,	Eduardo Cunha
16/03/16	14. Lula é anunciado como ministro-chefe da Casa Civil	Lula

18/03/16	15. O ministro Gilmar Mendes, do STF, suspende a nomeação para a Casa Civil do ex-presidente Lula, após uma ação ser apresentada pelo PSDB e pelo PPS	Ministro Gilmar Mendes e Lula
22/03/16	16. Pronunciamento Dilma - café da manhã com jornalistas	Dilma Rousseff
28/03/16	17. A OAB protocola novo pedido de Impeachment contra Dilma Rousseff	OAB e Dilma Rousseff
29/03/16	18. PMDB rompe com Governo Dilma	PMDB e Dilma Rousseff (PT)
01/04/16	19. Chegam à Câmara dois pedidos de Impeachment do vice-presidente Michel Temer	Michel Temer
11/04/16	20. Comissão especial aprova parecer a favor do Impeachment de Dilma	STF e 65 nomes apontados pelos líderes partidários
11/04/16	21. Em áudio, o vice Michel Temer fala como se Impeachment já tivesse sido aprovado	Michel Temer
11/04/16	22. Por 38 votos a 27, a comissão especial do impeachment na Câmara aprova o parecer do relator e envia o caso ao plenário	Câmara
13/04/16	23. O PSD, um dos partidos da base de Dilma, decide apoiar o Impeachment	PSD
17/04/16	24. Plenário da Câmara aprova abertura do processo	Plenário da Câmara
06/05/16	25. Comissão do Senado aprova abertura do Inquérito através do parecer do relator da comissão, Antonio Anastasia - 15 votos a 6	Comissão de 21 senadores
11/05/16	26. Plenário do Senado aprova abertura do Inquérito - 55 votos a 22	Plenário do Senado
12/05/16	27. Afastamento da presidente por 180 dias e entrada do presidente interino Michel Temer	Dilma Rousseff e Michel Temer
12/05/16	28. Posse de Michel Temer como presidente interino	Michel Temer
15/05/16	29. Inquérito contra Dilma oficialmente aberto no Senado	Dilma Rousseff e Senado
Maio/Julho/2016	30. Realização de perícia técnica sobre as acusações contra Dilma pelos Servidores do Senado	Servidores do Senado e Dilma Rousseff
Maio/Julho/2016	31. Elaboração e aprovação de novo relatório elaborado pelo relator Antonio Anastasia - 14 votos a 5	Relator Antonio Anastasia
09/08/16	32. Aprovação do novo parecer de Anastasia por 59 dos 81 senadores presentes	Anastasia e senadores
31/08/16	33. Julgamento de Dilma. Por 61 votos a 20, a presidente foi condenada	Dilma Rousseff e Senado

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018), baseada em documentação vinculada<sup>4</sup>

<sup>4</sup> **Fontes da linha do tempo: Impeachment Dilma.** Senado Federal. Disponível em: <http://www6g.senado.gov.br/busca/?q=impeachment+dilma> . Acesso em: 16 nov. 2017.



No mês de abril de 2016, a comissão especial do Impeachment aprova o parecer a favor do Impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados. O argumento que deu base à aceitação do pedido estava centrado na acusação, direcionada à presidenta, de ter efetuado as conhecidas “pedaladas fiscais”<sup>25</sup>, bem como seu possível envolvimento com esquemas de corrupção da Petrobras. Mesmo sem subsídio legal e sem respaldo nos artigos 85 e 86 da Constituição de 1988 e na Lei nº 1079/50 (Lei do Impeachment), além da inexistência de provas judiciais no que tange à participação de Dilma Rousseff no sistema de lavagem e desvio de dinheiro da Petrobras, foi efetivado seu afastamento do cargo de Chefe de Estado no dia 31 de agosto de 2016, com um placar de 61 votos a 20 no Senado Federal.

A maioria dos articuladores da destituição são investigados e réus em processos judiciais: 34 dos 130 deputados indicados para a comissão do impeachment, dos 513 deputados federais, cerca de 150 e dos 81 senadores, 20 respondem por crimes que variam de formação de quadrilha a recebimento de recursos ilegais e envolvimento em grandes esquemas de corrupção (AMORIM; CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2017, p.2)

Levando em conta, pois, o contexto sobre o qual o Impeachment de Dilma Rousseff se concretizou, é fundamental que sejam consideradas as inúmeras incoerências identificadas não apenas em termos de governança de seu sucessor e antigo vice-presidente Michel Temer (MDB - Movimento Democrático Brasileiro), mas das próprias premissas argumentativas que serviram de pilares para a legitimação de um processo sem credibilidade nem dentro nem fora do país. Basta, nesse sentido, recuperar o caráter privado dos interesses envolvidos na articulação da destituição da presidenta, acompanhado das lógicas conservadoras e patriarcalistas que atuam como carro-chefe no entendimento dos principais representantes políticos do Brasil, que, não por acaso,

---

**Trajatória do processo de Impeachment contra Dilma Rousseff.** G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/veja-trajetoria-do-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff.html>. Acesso em 16 nov. 2017.

**Inventário as denúncias contra Aécio e a cobertura da mídia.** O Cafezinho. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2016/07/07/inventario-das-denuncias-contraaecio-e-a-cobertura-da-midia/>. Acesso em 18 nov. 2017.

**Impeachment de Dilma:** retrospectiva. Politize. Disponível em: <http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva/>. Acesso em 18 nov. 2017.

**Processo de Impeachment de Dilma:** da eleição à votação do Impeachment. G1. <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma-da-eleicao-a-votacao-do-impeachment/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

**Linha do Tempo:** entenda a crise que culminou no Impeachment. O Globo. <https://oglobo.globo.com/brasil/linha-do-tempo-entenda-crise-que-culminou-no-impeachment-20015867>

<sup>5</sup> “Pedaladas fiscais” referem-se a operações orçamentárias feitas pelo Tesouro Nacional, que atrasam o repasse de verba a bancos públicos e privados, não previstas na legislação, a fim de melhorar a situação fiscal do governo em um determinado período.

correspondem a uma ampla maioria composta por homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e pertencentes às camadas mais abastadas economicamente do país.

Pelo que foi exposto acima, é imprescindível que, articulados aos vieses jurídicos, estejam presentes os demais argumentos motivadores, sobretudo, das posturas adotadas por parte da sociedade civil, bem como dos próprios representantes políticos que estavam à frente dos desmembramentos do processo. Nesse sentido, o tensionamento da figura de Dilma como mulher na política, agravada pelo fato de ocupar a posição política de maior importância de uma democracia, torna-se fundamental para compreender minimamente no que o sistema de valores e de poder do Brasil está ancorado. Dessa maneira, cabe lembrar que os principais acionamentos discursivos no que diz respeito às “críticas” dirigidas à Dilma atuaram como ofensas de cunho misógino, de onde “viam-se violências verbais destacadas em cartazes e ouviam-se palavras de calão vociferadas pelos manifestantes. O objetivo? Diminuir e ferir a integridade moral da governante enquanto mulher” (AMORIM; CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2017, p.9).

A destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, consistiu, sobretudo, em um ataque misógino, carregado de ódio à mulher e à ameaça que Dilma, enquanto Chefe de Estado, representava à manutenção da dominação masculina nos setores políticos da sociedade. Para além dos problemas utilizados como pano de fundo para o que se estruturava como um golpe de amplitude muito maior, o Impeachment de Rousseff foi mais um episódio histórico que reforçou os limites demarcados cultural e socialmente à mulher - que, por sua vez, não foram respeitados pela então presidenta, já que a mesma não seguiu as normas que ditam que uma mulher “deve apresentar-se enquanto uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere a sua escolha enquanto candidata” (LIMA, 2016, p.5).

A partir desse breve mapeamento de variáveis fundantes de toda a retórica criada sobre o processo de Impeachment de Dilma Rousseff, partir para as análises no que diz respeito à construção de sua imagem pública torna-se mais razoável, uma vez que, atrelada a toda a movimentação jurídica imbuída nas resoluções do Impeachment, verifica-se a saliência do aporte amparado na perspectiva de gênero que habita o cerne dos problemas de representatividade feminina nessa esfera. Para tanto, importa ressaltar o período de tempo analisado, que se inicia a partir do mês abril de 2016, quando a comissão especial do Impeachment aprova o parecer a favor do Impeachment de Dilma Rousseff, até o final do mês de maio do mesmo ano, quando o Inquérito contra Dilma é oficialmente aberto no Senado. Desse modo, catalisadas pelo alcance das mídias que controlam as principais

formatações de discurso frente à opinião pública, as propostas interpretativas sobre a atuação de Dilma, reiteradas por meio da seleção das capas das revistas analisadas, conseguem ser incorporadas ao imaginário coletivo, de modo a agregar na composição e reprodução dos diversos tipos de preconceitos incrustados na sociedade.

Amparadas, pois, nas principais referências teóricas utilizadas na esquematização lógica do trabalho, as análises a seguir almejam dar conta dos tensionamentos centrais para a reflexão frente às problematizações expostas a respeito do processo de Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara Federal, tendo como ênfase a perspectiva de gênero. Dessa maneira, entender de que modo as revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* propuseram os sentidos à imagem pública de Dilma Rousseff, tendo em vista, segundo Weber (2009), a realidade híbrida sobre a qual as construções e desconstruções das narrativas são evidenciadas, consiste no elemento-chave para a formulação das principais inferências sobre as capas, bem como à forma com que o capital simbólico do jornalismo se mostrou presente para a legitimidade da conformação dos discursos. De modo paralelo, a evidenciação do processo de Impeachment na Câmara Federal como um acontecimento importante demonstra o protagonismo das proposições de sentido à formulação da opinião pública em relação à Dilma Rousseff, já que, segundo Thompson (1998, p.182), “as pessoas lutam para dar sentido a fenômenos que desafiam sua compreensão, e se esforçam para relacioná-los aos contextos e condições de suas próprias vidas”. Sendo assim, a relevância de efetuar esse tipo de estudo a partir de capas de revistas diz respeito, justamente, segundo Storch (2012), à busca por laços mais estreitos de identificação com determinado conteúdo. Por isso, a distância que se faz presente entre os consumidores do conteúdo das capas com os sentidos propostos pelas mesmas é muito pequena; o que, por consequência, torna o trabalho de construção de determinadas realidades algo que não se depara com obstáculos impermeáveis, já que dá conta de conversar com um público familiarizado com suas abordagens e leituras sobre o mundo. À situação das mulheres, representadas por Dilma Rousseff, nesse cenário de análises, fica reservada a sobriedade a respeito do que Pinto (2010, p.21) coloca ao dizer que “[...]não se trata de defender a existência de uma mulher essencial, mas de uma mulher que se fez mulher historicamente em uma dialética de dominação e resistência”.

## **6. A IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF NAS CAPAS DE VEJA, ISTOÉ, CARTA CAPITAL E ÉPOCA**

O presente capítulo se propõe a apresentar a metodologia utilizada para a realização das análises das capas das revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época, que correspondem à pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, pesquisa histórico-descritiva, análise de conteúdo e análise semiológica. Para tanto, foram, a todo o momento, colocados no centro da construção do estudo os conceitos premeditados no referencial teórico exposto anteriormente, de modo a tensionar, no eixo central das discussões, as noções de Imagem Pública, Opinião Pública, Acontecimento, Jornalismo, Jornalismo de Revista e suas construções de sentido, além das inferências indissociáveis dos questionamentos pertinentes à reflexão feminista a respeito da representação da mulher na política.

Também serão apresentadas as categorias de análise e esclarecidos os procedimentos adotados, bem como o *corpus* selecionado para tanto. Assim sendo, o objetivo dessa etapa do trabalho diz respeito à exposição daquilo que foi submetido às reflexões iniciadas teoricamente e que, naturalmente, suscitaram os principais pontos a serem desmembrados a partir da aplicação da análise de conteúdo e da análise semiológica frente às propostas de sentido inferidas pelas capas das revistas durante o recorte de tempo efetuado dentro do processo de Impeachment.

### **6.1. METODOLOGIA**

Para efetivar os objetivos traçados, alguns recursos metodológicos se fizeram indispensáveis. Inicialmente, foi feita uma pesquisa exploratória do material jornalístico e acadêmico concernente ao tema proposto, a fim de que fossem identificadas as principais abordagens no que diz respeito ao Impeachment e à presidenta Dilma Rousseff. Por ser um método de pesquisa com planejamento bastante flexível, Gil (2002, p.41) enfatiza que ele tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Assim, o refinamento de ideias é o âmago da adoção da pesquisa exploratória, uma vez que ela permitiu, dentre outras coisas, que fosse

desmembrada grande parte do mundo que está ao redor do objeto que interessa ao presente estudo.

Num segundo momento, aderiu-se à pesquisa bibliográfica para a constatação e uso dos referenciais teóricos mais caros aos conceitos aqui adotados. Por esse motivo, é um tipo de pesquisa que anda lado a lado com a exploratória, já que também se presta a cobrir fenômenos relacionados à temática abordada. Dentre outras coisas, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45).

O terceiro momento foi constituído pela pesquisa histórico-descritiva, realizada com o objetivo de refletir acerca da relação existente entre as variáveis de interesse para o processo de Impeachment e, conseqüentemente, para a construção da imagem pública de Dilma Rousseff pela mídia. Também foi utilizada a pesquisa histórica que, segundo Jörn (2007, p.204), consiste em um processo que permite a apreensão de dados referentes ao passado, e que são úteis à medida que atuam como o “testemunho empírico atual do passado”, de onde “‘fluem’ para o historiador informações sobre o que foi o caso no passado, ao que deve se referir[...]”.

A análise do material empírico foi organizada e realizada a partir da Análise de Conteúdo associada à Semiótica, de modo que pudesse ser apreendido o sentido proposto pelas capas das revistas selecionadas em relação à formação da imagem pública de Dilma Rousseff. No tocante à análise de conteúdo, Bardin (2011) a classifica como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.42)

Dessa forma, a partir da análise de conteúdo, foi possível sistematizar a pesquisa, e cumprir importantes etapas, a fim de que os objetivos traçados sejam atingidos. Segundo Bardin (2011), existem eixos específicos que direcionam esse tipo de pesquisa, que correspondem à pré-análise, à exploração do material e ao tratamento dos resultados. Mediante à adoção desses três momentos, é possível que se faça, respectivamente, a sistematização das ideias com base no referencial teórico estabelecido, o trabalho de construção dos processos de codificação, classificação e agregação das informações coletadas e, por último, a interpretação do material reunido.

No tocante à presente pesquisa, o primeiro passo consistiu na identificação do material para cercar o problema de pesquisa, ou seja, a imagem pública de Dilma Rousseff, que reuniu, de setembro de 2015 (data do pedido de Impeachment entregue à Câmara dos Deputados) até agosto de 2016 (data da condenação de Dilma), 96 capas das revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital. A exploração do material foi realizada mediante a decisão de estudar a imagem pública de Dilma Rousseff, proposta pelas capas das revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época, a partir de abril de 2016 até o final do mês de maio do mesmo ano, período de tempo perpassado entre a aprovação do parecer de Impeachment pela comissão especial da Câmara dos Deputados até a abertura oficial do Inquérito contra a então presidenta no Senado. Assim foi definido o *corpus* de pesquisa, levando em conta a relevância dos meses de abril e maio no que concerne à tramitação dos avanços do processo na Câmara Federal, decisivos para a sua evolução no Senado a partir de maio de 2016. A partir disso, avançamos para a etapa da exploração do material, que exige a definição de categorias para que as análises sejam feitas, permitindo o aprofundamento das interpretações concernentes ao material selecionado.

Para realizar a interpretação do *corpus*, será necessária a adoção da perspectiva semiótica, capaz de dar subsídios no que tange aos procedimentos analíticos sobre imagens, de modo a inferir sobre os elementos estampados nas capas das revistas, que compreendem aspectos textuais verbais e não verbais, dimensões adversas e distribuições específicas do conteúdo e das expressões dadas à leitura. Para tanto, foi utilizada a perspectiva semiológica de Barthes (2006), capaz de articular os principais elementos sob o protagonismo do signo e suas infinitas possibilidades de significação. Para o autor, o signo é “composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados, o plano de conteúdo” (BARTHES, 2006, p.43). Além disso, sua contribuição no que diz respeito à ideia de mito é também central às análises das capas das revistas selecionadas, visto seu pressuposto fundante, que tensiona os usos dos signos às intenções tendenciosas por parte dos proponentes dos discursos. Dito de outra forma, o mito é, segundo Barthes (2001), encarregado de transformar a história em natureza. Às empreitadas midiáticas, portanto, é evidente o quão conveniente a estratégia naturalizante do mito se faz à atribuição de sentidos que se pretende dar aos conteúdos veiculados, uma vez que sua principal função consiste em convencer como verdade o fato de que:

[...]tudo se passa como se a imagem provocasse naturalmente o conceito, como se o significante criasse o significado: o mito existe a partir do momento preciso em que a imperialidade francesa adquire um estatuto natural: o mito é uma fala excessivamente justificada. (BARTHES, 2001, p.151)

À incorporação de sentidos pretendida pelas capas das revistas estudadas é de suma importância que sejam destacados aqueles elementos capazes de direcionar o processo de significação imbuído em cada leitor, condicionando suas primazias e distribuindo, convenientemente, os textos articulados às imagens escolhidas. Dessa forma, os esforços canalizados à identificação das diversas “Dilmas” propostas pelas capas, somada à contextualização no tocante aos editoriais das revistas e à sua relevância enquanto proponente de sentidos específicos aos principais acontecimentos da sociedade, faz da presente pesquisa um primeiro passo à desconstrução dos paradigmas culturais e, à Barthes (2001), mitológicos a partir dos signos balizadores e construtores dos discursos, costurados à imagem pública da então presidenta Dilma Rousseff.

#### 6.1.1. Procedimentos de análise

A escolha das capas das Revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital, dentro da cronologia estabelecida, ou seja, veiculadas a partir do mês de abril de 2016, quando a comissão especial do Impeachment aprova o parecer a favor do Impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados, até o mês de maio do mesmo ano, quando o inquérito contra Dilma é oficialmente aberto no Senado, respeitou o seguinte critério: a presença da imagem de Dilma Rousseff como tema central da capa, de modo que, de maneira imagética, sua presença fosse identificada na respectiva edição. Dessa forma, foram excluídas aquelas capas que não seguiam a lógica estabelecida no objetivo da pesquisa, ou seja, que não traziam a imagem de Dilma Rousseff de modo explícito. Assim, a seleção do *corpus* de pesquisa visou ao atendimento do intuito definido, que é o de verificar o modo como as revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época propõem a construção de sentido para a imagem pública de Dilma Rousseff, levando em conta o protagonismo da questão de gênero durante o processo de Impeachment ao analisar que tipos de argumentos (des)qualificadores são acionados pelas mesmas. Dessa maneira, nessa primeira etapa, o *corpus* de pesquisa, dentro dessas condições, foi construído com 11 capas de revistas, tendo todas elas o irrevogável cumprimento dos critérios mencionados acima.

Numa segunda etapa, criaram-se categorias de análise com vista ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, inferindo o posicionamento das revistas ao versar a respeito da então presidenta, bem como o tipo de caracterização que foi direcionado por cada uma delas no que tange à oferta de sentido evidenciada por meio de seu conteúdo.

O terceiro passo foi a classificação das capas a partir de suas principais informações. E, por último, a realização da análise semiótica visou à identificação dos possíveis sentidos propostos acerca dos elementos constitutivos das capas, permitindo inferir sobre as diferentes representações da presidenta Dilma Rousseff.

#### 6.1.2. Categorias de análise

A partir dos conceitos recuperados através do referencial teórico, e tendo em vista o objetivo deste trabalho, que corresponde à identificação do modo como as revistas escolhidas propõem um horizonte de sentidos para a construção da imagem pública de Dilma Rousseff, foram empregadas as seguintes categorias de análise:

1. Valoração: nessa categoria, é levada em consideração a maneira como as revistas usaram e articularam elementos para construção da imagem qualificadora ou desqualificadora de Dilma Rousseff em suas capas, levando em conta características como cor, luz, grafismos, textos e a imagem principal. Assim, será realizada a classificação valorativa das capas em: positivo, neutro ou negativo.

2. Sentido/Imagem: nessa categoria, serão identificadas as imagens propostas sobre Dilma Rousseff. Com o objetivo de complementar as conclusões trazidas pela primeira categoria, por meio dos diferentes sentidos direcionados à Dilma, busca-se, nesse momento, evidenciar os perfis sublinhados pelas capas ao abordarem a imagem da então presidenta, identificando as principais interpretações direcionadas ao seu comportamento. Dessa maneira, essa segunda categoria de análise atuará como um filtro, a fim de que possam ser reconhecidos, de fato, quais sentidos foram empregados à imagem pública de Rousseff no período analisado, partindo de três tematizações prévias:

- a) Dilma mulher;
- b) Dilma governante;
- c) Dilma política e o PT.

#### 6.1.3. *CORPUS* DE PESQUISA



O presente trabalho se dedica à análise das capas das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital, tendo em vista sua importância em termos de circulação no Brasil, bem como a relevância que suas publicações possuem no tocante à credibilidade associada aos conteúdos e respectivas abordagens que veiculam. Sendo assim, importa contextualizar seus históricos, salientando os seguintes aspectos: editora, ano de fundação e tiragem média. Para tanto, construímos a tabela abaixo cujas informações foram retiradas dos sites das revistas (Quadro 2).

**Quadro 2** – Características das revistas<sup>6</sup>

REVISTA	EDITORORA	ANO DE FUNDAÇÃO	TIRAGEM MÉDIA <sup>1</sup>
Veja	Abril	1968	1.167.928
Época	Globo	1998	390.709
IstoÉ	Três	1976	322.518
Carta Capital	Confiança	1994	29.513

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018) baseado no IVC.

A escolha pertinente às revistas analisadas para a presente pesquisa se deu pelo fato de as quatro representarem influências expressivas com relação à constituição da opinião pública a respeito dos principais acontecimentos na sociedade. Por isso, ao inferirmos acerca da construção da imagem pública de Dilma Rousseff, julgamos essencial considerar a articulação desses grandes veículos de comunicação para a conformação dos sentidos dados à presidenta, tendo em vista o cenário sociocultural sobre o qual o Brasil se situa. Dessa maneira, tensionar a credibilidade que esses veículos possuem em âmbito nacional ao modo como os desfechos dos acontecimentos foram se apresentando é fundamental para que consigamos inferir minimamente os aspectos salientes e caros a este trabalho, principalmente no que concerne aos parâmetros de gênero e à representação da mulher na política.

Segundo o IVC<sup>2</sup>, a Revista Veja ocupa a primeira posição no ranking das revistas pagas no país. Sua representatividade se dá por conta de uma série de fatores, especialmente quando se leva em conta a expressividade da sua tiragem, que resulta em

<sup>6</sup>Fonte IVC 2014, Revistas Pagas Ativas - Média por Edição - Publicação Principal - Total Brasil. Instituto Verificador de Comunicação (IVC) é uma organização sem fins lucrativos, responsável pela auditoria multiplataforma de mídia.

um amplo alcance em todo o território nacional. Em seu Mídia Kit<sup>7</sup>, declara que o público almejado pelas suas publicações consiste em “empresários, empreendedores, representantes de órgãos públicos e formadores de opinião”. Além disso, reitera, em diversas seções do material, que seu compromisso reside na fiscalização do poder e no combate a falsas notícias.

Em segundo lugar no ranking das revistas pagas no país está a Revista Época, atingindo um público a partir da sua natureza, segundo consta em seu Mídia Kit<sup>4</sup>, “sofisticada, relevante e inspiradora”. Como missão, ressalta o compromisso de “ajudar os líderes de hoje e de amanhã a construir culturas inovadoras e a reinventar seus negócios para vencer na era do conhecimento”.

Na sequência das colocações, vem a Revista IstoÉ em terceiro lugar. Em seu Mídia Kit<sup>5</sup>, declara que o seu público é formado por “mentes curiosas, inquietas, conectadas e independentes”. A esse grupo, inclui os formadores de opinião e os influenciadores no mundo real, que se interessam por “atualidades e notícias do momento”. Quanto ao seu posicionamento, afirma não ser “nem de esquerda, nem de centro, nem de direita”, mas que se empenha em realizar um jornalismo de qualidade, dedicado a “esclarecer o que é falso e o que é verdadeiro”.

A Revista Carta Capital, apesar de não seguir a sequência das posições conferidas com relação às três primeiras revistas assinaladas, tendo em vista sua colocação em décimo oitavo lugar no ranking, não tem sua importância diminuída no que tange ao objetivo da presente pesquisa, especialmente no que diz respeito às contrapartidas que oferece em comparação às três primeiras. No tocante ao seu perfil de assinante, em seu Mídia Kit<sup>6</sup>, é possível encontrar que se trata de “homens e mulheres 35+, ensino superior completo, casado, concentrados nas áreas de Educação e biblioteca e comunidade e serviços sociais”.

O *corpus* de pesquisa abrange as capas de revista que veicularam a imagem de Dilma Rousseff durante o processo de Impeachment na Câmara Federal, sendo formado

---

<sup>7</sup> VEJA - Mídia Kit Veja, disponível em <file:///C:/Users/Admin/Downloads/VEJ-MidiaKit-2018\_mai18%20.pdf> Acesso em 20 set. 2018.


ÉPOCA - Mídia Kit Época, disponível em <http://editora.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit\_Institucional.pdf>. Acesso em 20 set 2018.

ISTOÉ - Mídia Kit IstoÉ, disponível em <http://editora3.com.br/downloads/midiakit\_istoe.pdf> Acesso em 20 set. 2018.

CARTACAPITAL - Mídia Kit Carta Capital, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit-maio-2018>. Acesso em 20 set. 2018.

por 4 revistas nacionais e suas 11 capas criadas a partir da imagem de Dilma Rousseff, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - *Corpus* de pesquisa

REVISTA	TOTAL	20/04/16	11/05/16					
VEJA	2 CAPAS							
ISTOÉ	5 CAPAS	06/04/16	13/04/16	20/04/16	29/04/16	06/05/16		
								
		09/04/16	16/04/16					
								
		12/05/16	19/05/16					
CARTA CAPITAL	2 CAPAS							

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

## 6.2. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA VEJA


Nessa parte do trabalho, analisaremos o modo como a Revista Veja propõe a imagem pública de Dilma Rousseff a partir de suas capas durante o processo de Impeachment na Câmara Federal. Além disso, em coerência com o objetivo traçado, foram selecionadas apenas as capas que incluem a imagem da presidenta. Dessa maneira, cada

capa será analisada a partir de um quadro, onde serão evidenciadas informações pertinentes à pesquisa, a saber: imagem da capa, data de publicação, descrição do texto de apoio e manchete.

#### 6.2.1. Capa da semana de 20 de abril de 2016

A capa referente à semana do dia 20 de abril corresponde àquela veiculada na mesma semana em que o plenário da Câmara dos Deputados aprova a abertura do processo, que ocorre dias depois da aprovação do parecer a favor do Impeachment de Dilma pela comissão especial da Câmara.

**Quadro 4 – Capa Veja 20/04/16**

<p><b>Carta fora do baralho</b> <b>20/04/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> CARTA FORA DO BARALHO</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se, e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo cinza; letras amarelas; foto de Dilma com a faixa presidencial sobreposta por efeitos de rasgo.</p>
<p><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma governante:</b> incapaz, desqualificada e traída.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

A Revista Veja, nesta edição antecipa o que parece ser o fim irrevogável de Dilma, independente do resultado do processo. O uso dos efeitos de corte sobre sua foto dá a entender a leitura e o posicionamento da edição semanal no que concerne às consequências que virão a partir da batalha que se inicia, efetivamente, na Câmara dos Deputados.

Quando debruçamos o olhar para a mensagem passada por meio dos efeitos de rasgo sobre a imagem da presidenta, é possível tensionar sua profundidade a partir do uso de uma foto que indicia as dimensões de um retrato 3x4, à semelhança dos que acompanham as carteiras de identidade. Tomando como ponto de partida essa noção, torna-se possível a clara associação ao estímulo de um processo de resignificação ofertado pelo semanário. Dessa maneira, é como se não apenas o cargo de Dilma estivesse

em jogo, mas o modo como sua identidade passa a ser significada por parte do público que entra em contato com aquela imagem, de modo que, em maior ou menor grau, é levado a refletir a respeito de quem é essa mulher e de quais elementos, tendo em vista o caráter desconstituidor dos rasgos, ainda permanecem com a governante que foi eleita outrora.

Para além dos efeitos de rasgo sobre a figura de Rousseff, a revista complementa a capa com um texto de apoio cuja intenção de propor um sentido de esfacelamento de seu mandato e da sua autoridade no Brasil é confirmada, tendo em vista a mensagem passada a partir da seleção de palavras feita: “[...]Dilma já perdeu a batalha do poder”. De modo enfático, o semanário se posiciona frente ao resultado de sua imagem pública enquanto presidenta a partir daquele momento, especialmente pelo fato de ter optado pelo uso de uma foto oficial de Dilma, onde a mesma aparece com semblante alegre e destoante ao que, a partir dos rasgos sobrepostos à sua imagem, é construído como cenário para a capa. Outro ponto a ser evidenciado diz respeito ao uso da faixa presidencial, que dá corpo a uma metáfora do poder que está diretamente associada aos rasgos que se sobrepõem à sua face.

Ainda no tocante aos contrastes, a escolha de uma foto oficial sendo rasgada e descolada da parede também sugere o descarte da participação de Dilma na esfera pública, ainda que sem os trâmites legais referentes ao seu processo finalizados. Dito de outra maneira, a edição trabalha numa perspectiva de indicar que algo será arrancado de qualquer maneira, tirado da realidade a qualquer custo - seja ele legítimo ou não.

Além disso, a *Veja*, com esta capa, também aciona a perda de aliados por parte de Dilma, reiterando a gravidade da sua situação enquanto governante, de modo que pretende sublinhar a indiferença frente à vitória ou não com relação ao processo de Impeachment, tendo em vista que o resultado já estaria supostamente dado a partir daquele momento.

#### 6.2.2. Capa da semana de 11 de maio de 2016

A edição da semana do dia 11 de maio corresponde àquela em que o plenário do Senado aprova o inquérito do Impeachment, quando a presidenta é afastada por 180 dias, e o seu vice-presidente Michel Temer assume interinamente a presidência.

<p><b>Tchau, querida/ Tchau, querido</b> 11/05/2016</p> 	<p><b>Manchete:</b> TCHAU, QUERIDA / TCHAU, QUERIDO</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil terá chance histórica de fazer uma limpeza na vida política.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo preto; foto de Dilma em primeiro plano, seguida por Eduardo Cunha ao fundo; letras em vermelho e branco.</p>
<p><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma governante:</b> criminosa e corrupta.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

A Revista Veja, ao propor essa capa, sugere relocalizações semânticas às expressões “tchau, querida/ tchau, querido”, descolando-as de seu contexto nascido de grupos militantes e dando às mesmas o sentido de despedida por parte de Dilma e do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. No que diz respeito a elas, observa-se que a cor escolhida para trazê-las como manchete foi o vermelho. Tensionada, pois, ao protagonismo do processo de Impeachment na agenda midiática, política e social, é razoável que se estabeleça uma conexão intencional com o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Dilma é filiada. Em outros termos, a capa em questão vincula a despedida não apenas à Cunha e Rousseff, que personificam a ideia de corrupção no Brasil, mas ao PT que, historicamente, é também associado aos principais problemas do país.

A montagem realizada pelo semanário das fotos de Dilma e Cunha evidencia a sensação de preocupação e até de certa irritabilidade por parte de ambos, tendo em vista a circunstância de saída do poder que é exposta pelo texto de apoio. Com relação a ele, é possível perceber o seu investimento, combinado à montagem das imagens, ainda que sutil, de lançar ao público um olhar otimista a respeito da queda de Cunha e do afastamento de Dilma, como se ambas as situações pudessem contribuir com a volta da esperança do povo brasileiro sobre um Brasil que, finalmente, terá “chance histórica de fazer uma limpeza na vida política”.

Dando seguimento à lógica acima exposta, a Veja coloca os dois políticos como equivalentes no âmbito do crime, potencializando a gravidade da corrupção articulada por

eles, ao passo que, como única solução legítima, sugere que os dois tenham que ser despedidos de seus cargos. Como consequência, mais uma vez, a edição sublinha o efeito de “limpeza na vida política”, tão caro e emergente à população brasileira. Ao lançar esse direcionamento interpretativo, a Veja contribui, no tocante à Dilma, com a crença sobre um único resultado possível para um Brasil melhor: o Impeachment de Dilma Rousseff.

### 6.3. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ISTOÉ

Nessa parte do trabalho, analisaremos o modo como a Revista IstoÉ propõe a imagem pública de Dilma Rousseff a partir de suas capas durante o processo de impeachment na Câmara Federal. Além disso, em coerência com o objetivo traçado, foram selecionadas apenas as capas que incluem a imagem da presidenta. Dessa maneira, cada capa será analisada a partir de um quadro, onde serão evidenciadas informações pertinentes à pesquisa, a saber: imagem da capa, data de publicação, descrição do texto de apoio e manchete.

#### 6.3.1 Capa da semana de 6 de abril de 2016

A edição de 6 de abril da Revista IstoÉ ocorre em um contexto em que chega à Câmara dos Deputados dois pedidos de Impeachment do vice-presidente Michel Temer. Nesse momento, o parecer a favor do Impeachment de Dilma ainda não havia sido aprovado.

**Quadro 6 - Capa IstoÉ 06/04/16**

<p><b>As explosões de raiva da presidente</b> <b>06/04/2016</b></p>	<p><b>Manchete:</b> AS EXPLOSÕES DE RAIVA DA PRESIDENTE</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país. / Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde</p>
---	---

	<p>(também) as condições emocionais para conduzir o País.</p> <p><b>Descrição:</b> Rosto de Dilma com expressão eufórica, de boca aberta e sobrancelhas levantadas ocupa todo o espaço da capa; letras brancas e amarelas.</p>
<p><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> histérica, descontrolada e instável.</p> <p><b>Dilma governante:</b> despreparada, incapaz e desequilibrada.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Nesse período, ainda não havia sido aprovado o parecer a favor do Impeachment de Dilma; porém, o semanário se ocupa da função de supostamente antecipar o que ocorre nos bastidores do Planalto, elucidando ao seu público o que estaria sendo, em tese, a realidade vivida pela então presidenta durante o conturbado período pelo qual estava passando.

Com o uso de uma imagem retirada de um momento de comemoração de um gol do Brasil na Copa do Mundo FIFA, em 2014 (portanto, fora do contexto do tema em pauta na respectiva edição), a IstoÉ trabalha para construir um panorama de desequilíbrio à presidenta, em que busca comprovar a total ausência de condições de Dilma para seguir comandando o Brasil. A partir do texto de apoio utilizado, a revista não mede esforços para articular o que, culturalmente, habita o terreno das generalizações preconceituosas direcionadas às mulheres no país, uma vez que associa a Dilma um comportamento histérico e emocionalmente desestruturado, daqueles que se confirmam, por meio do entendimento intrínseco que a sociedade carrega a respeito da histeria feminina, e que são capazes de associar a sua Imagem Pública à ideia de inaptidão para gerir o Brasil.



Em função da combinação do texto de apoio com a manchete e a imagem em que a presidenta aparece com a boca aberta, passando a impressão de estar gritando com raiva, utilizadas para abordar o suposto estado emocional de Dilma, os sintomas misóginos dos ataques direcionados à presidenta podem ser percebidos sem dificuldades, já que não há histórico semelhante no que tange ao tipo de abordagem atrelada a um político homem, onde possam ser evidenciadas acusações de “explosões nervosas” ou “surtos de descontrole”. Ainda no tocante aos elementos que catalisam o sentido proposto pela capa, através da foto de Dilma, é possível perceber a força que o seu olhar é capaz de impor à emoção descrita, uma vez que sugere a confirmação de sua raiva e descontrole, tendo em vista que está fixado em um único ponto, como se, naquele momento, ela estivesse prestes a atacar tudo e todos que cruzassem o seu caminho.

A retórica trabalhada pela IstoÉ contribui significativamente com a efetivação dos ataques misóginos cujo alvo era Dilma a partir do momento em que constrói uma edição destinada a argumentar, com fontes apócrifas, a postura da presidenta. Os mecanismos exclusivos do semanário, como se pode perceber com a ajuda do texto de apoio, concentraram-se unicamente a ataques pessoais ao comportamento de Rousseff enquanto não apenas governante, mas como mulher, utilizando características oriundas de uma cultura machista frente ao que se espera e o que se pensa sobre uma mulher, que aprofundam a condenação direcionada a ela na época.

Culturalmente, esse perfil abordado pela revista está intimamente articulado à narrativa de gênero a que as mulheres são submetidas, levando a sociedade a crer, com argumentos desqualificadores com relação ao feminino em diversos setores de poder e, sobretudo, pertencentes à esfera pública, o quão despreparada Dilma pode estar (atuando como representante de todas as mulheres enquanto Chefe de Estado), tendo em vista o fato de toda a situação problematizada ter extrapolado sua capacidade de manter-se estável, o que fez com que, naturalmente, perdesse o controle e ficasse “completamente fora de si”.

### 6.3.2. Capa da semana de 13 de abril de 2016

A edição da IstoÉ da semana do dia 13 de abril diz respeito à época em que a comissão especial do Impeachment havia aprovado o parecer a favor do processo na Câmara dos Deputados e quando o mesmo é enviado ao plenário.

<p style="text-align: center;"><b>O mensalão do Impeachment</b> 13/04/2016</p> 	<p><b>Manchete:</b> O MENSALÃO DO IMPEACHMENT</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Sem qualquer freio moral e com dinheiro do Orçamento, o Planalto volta a comprar apoio parlamentar num último esforço para livrar a presidente do impeachment. Dois parlamentares do PSB teriam recebido oferta de R\$ 2 milhões em troca do voto pró-Dilma.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo preto; montagem de Dilma como primeiro plano da capa, acompanhada por Lula (PT), Valdemar Costa Neto (PR), Leonardo Picciani (PMDB), Ciro Nogueira (PP) e Gilberto Kassab (PSD); letras vermelhas e brancas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> coadjuvante.</p> <p><b>Dilma governante:</b> subordinada, coadjuvante e corrupta.</p> <p><b>Dilma política e o PT:</b> criminosa.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

O semanário, nesta edição, mostra-se empenhado em mostrar o esquema de corrupção cujo intuito está centrado em livrar a presidenta do Impeachment por meio da compra de voto dos parlamentares. No texto de apoio da capa em questão, a revista IstoÉ busca deixar bastante claro o envolvimento de Dilma e Lula com os políticos que aparecem na montagem, de modo a acusar Dilma e o PT, representado por Lula, de estar “sem qualquer freio moral”, isto é, capaz de fazer qualquer coisa para livrar-se do processo de impedimento da então presidenta. Além disso, ao colocá-los à frente na imagem, a capa cumpre o papel de propor a interpretação de protagonismo a eles no que tange à corrupção do mensalão. Com essa abordagem, é possível estabelecer uma certa escala em relação à mira da justiça frente aos atores que compõem a capa, sendo Dilma e Lula os ocupantes das primeiras posições.

O modo como Dilma aparece na foto, com os braços levemente inclinados para trás e uma expressão de certa surpresa, faz com que a ideia de culpabilidade seja incentivada

no que concerne ao olhar do leitor, dando a impressão de que, de modo inesperado, a justiça descobriu seus esquemas e, mesmo com a salvaguarda de Lula, a condenação está dada. Lula, por sua vez, aparece com a disposição do corpo de quem estava, no momento da fotografia, em movimento. O fato de ele estar atrás de Dilma, com o rosto virado em sua direção e com aspecto também de surpresa e, sutilmente, de pressa para sair de cena, transmite o sentido de “fuga” por parte do ex-presidente - ainda que mal-sucedido, graças à situação inesperada em que foi colocado.

Nesse cenário, a IstoÉ também contribui com o discurso criado a respeito da coadjuvância de Dilma na presidência, entendendo que, de certa forma, sua função enquanto governante está diretamente condicionada à presença de Lula, capaz de articular não apenas o eleitorado a seu favor, mas também os parlamentares. Com essa abordagem, a revista volta a tensionar os sintomas culturais da sociedade frente ao discurso sobre a participação e representatividade da mulher na política, de modo que, sendo Dilma a primeira mulher presidenta do país, sua credibilidade enquanto gestora fosse fragilizada à medida que, em maior ou menor grau, sua subordinação frente a Lula é questionada a todo o momento. Dessa maneira, com a articulação imagética proposta pela IstoÉ, onde Lula é colocado como se estivesse na “sombra” de Dilma, é possível que, em doses homeopáticas, os argumentos cujo intuito é enfraquecer a autonomia de Rousseff sejam legitimados e ocupem lugar notável frente às proposições de sentido sobre a construção da Imagem Pública da então presidenta.

### 6.3.3. Capa da semana de 20 de abril de 2016

A capa da revista IstoÉ, publicada na semana do dia 20 de abril, corresponde ao período em que o processo de Impeachment de Dilma já havia tido o seu inquérito aprovado no Senado.

**Quadro 8** - Capa IstoÉ 20/04/16

<p style="text-align: center;"><b>Não vai ser golpe</b> <b>20/04/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> NÃO VAI SER GOLPE</p> <p><b>Texto de apoio:</b> *Texto sobre o Impeachment/ Não vai ser golpe.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo bege; silhueta do rosto de Dilma Rousseff preenchida com textos acerca do Impeachment; letras brancas e beges.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Dilma governante:</b> mentirosa e corrupta.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Através da afirmação contundente do semanário, “não vai ser golpe”, é possível que se perceba, de forma bastante definida, seu posicionamento a respeito do percurso proposto à formação da opinião pública no que concerne ao Impeachment. Dessa maneira, ao evidenciar tal posição, de modo metafórico, dentro da silhueta do rosto da então presidenta, que dá a ela um sentido de esvaziamento, uma vez que, sob o contorno de seu rosto, afirmações contundentes a seu desfavor são tecidas, reverberando a invalidade de seu cargo e a via unilateral do desfecho de seu processo, a capa da revista contribui com o sugestionamento de sentido que leva o leitor a entender os trâmites judiciais do ponto de vista de sua legitimidade, confirmando a culpabilidade de Dilma. O principal aspecto potencializador da sentença dada pela edição refere-se à afirmação de o processo de Impeachment não ser um golpe, o que leva, conseqüentemente, as acusações a seu respeito a um conjunto de argumentos com base suficiente para incidir em sua futura deposição. Além disso, os próprios argumentos utilizados no texto que explicita, para o leitor, o que é o impeachment, encontrado no interior da silhueta de Rousseff, são enfáticos quanto à posição do semanário frente ao acontecimento, já que dão conta de dar à luz elementos

desqualificadores à gestão do governo, alegando incompetência e expondo motivações para tentar persuadir o seu público em relação à legalidade do processo.


Ao articular o contorno do rosto de Dilma Rousseff à afirmação da legalidade de sua possível deposição, a revista age de modo ainda mais enfático, atingindo não apenas a oposição da presidenta, mas também aqueles favoráveis ao seu mandato. Dito de outra forma, o que a IstoÉ consegue fazer é justamente tensionar todos os discursos em torno do Impeachment a um único sentido: tem a razão aquele que sabe que “não vai ser golpe”. Consequentemente, ao levar em conta a defesa da governante e tensioná-la à afirmação do semanário, conclui-se que, não sendo golpe, Dilma engana todos os brasileiros, inclusive seus eleitores, comprovando a corrupção de seu governo e de todos aqueles que a apoiam.

Quanto aos traços que dão contorno ao rosto de Dilma, de modo a formar sua silhueta, é possível que se destaque a importância da maneira como foram combinados, isto é, à formação de uma expressão que não expressa somente a imagem de sua face, mas que a compõe de modo a sugerir determinadas emoções demonstradas por ela. Nesse caso, sua construção dá conta de retratar uma Dilma com o olhar focado em alguma coisa, dando a entender, em certa medida, um ar de desolação e preocupação, que também pode ser ratificado pela sua boca, desenhada como se estivesse entreaberta, à semelhança de alguém que está respirando mais profundamente.

#### 6.3.4. Capa da semana de 29 de abril de 2016

A edição da semana do dia 29 de abril da IstoÉ corresponde ao período em que o processo contra Dilma já havia sido aprovado no Senado, antecedendo em duas semanas a data do seu afastamento por 180 dias.

Quadro 9 - Capa IstoÉ 29/04/16

<p style="text-align: center;"><b>Sabotadores do Brasil</b> 29/04/2016</p> 	<p><b>Manchete:</b> SABOTADORES DO BRASIL</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Orientados pela presidente Dilma Rousseff e por Lula, movimentos sustentados pelo governo infernizam o País, enquanto o Planalto faz o diabo para tentar inviabilizar a futura gestão de Michel Temer.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo vermelho; imagem de Dilma e Lula em primeiro plano; letras amarelas e brancas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma governante:</b> manipuladora.</p> <p><b>Dilma política e o PT:</b> corrupta e manipuladora.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

A partir do uso de todo o fundo da capa na cor vermelha, percebe-se a nítida correspondência de sua temática central ao PT, de modo que induz o entendimento do leitor acerca da mobilização supostamente orquestrada por Lula e Dilma em direção à inviabilização da futura gestão de Michel Temer.

Com o claro objetivo de atribuir a Lula e Dilma a responsabilidade sobre supostos movimentos políticos dentro do Planalto, com vias de dificultar a atuação interina de Temer, a revista IstoÉ já declara, antecipadamente, o resultado do plenário do Senado, que decidiria, nas próximas semanas, a respeito da abertura ou não do inquérito contra Rousseff. Assim, torna-se evidente a predisposição da referida capa no que tange ao direcionamento do olhar dos leitores, a fim de que seja reafirmado o entendimento das posturas de Dilma e de Lula de quem age como “sabotadores do Brasil”. Além disso, o semanário retoma a relevância de Lula no mandato de Dilma, colocando-o no mesmo

patamar que a presidenta na capa, o que volta a sugerir, dentre outras coisas, sua atuação determinante nas decisões presidenciais.

Articulando, pois, o entendimento da IstoÉ com relação à postura de Dilma e do PT, representado por Lula como seu real mandante, a capa em voga atua como outro mecanismo ativo para a legitimação do discurso de corrupção direcionado ao PT e à então presidenta, além da negação, por vias implícitas, do que os seus aliados denominam “golpe”. Além disso, como outro fator catalisador dessa percepção, é possível associar o modo como a narrativa foi construída a partir de uma perspectiva de traição por parte do governo, já que, no texto de apoio, a revista busca evidenciar a centralidade da intenção de “inviabilizar a futura gestão de Michel Temer”.

Quando direcionamos o olhar para a maneira como a imagem da capa foi construída, podemos perceber a intenção de provocar uma sensação de euforia e agressividade por parte do governo e do PT, representados por Dilma e Lula. Através de suas expressões, fica clara a exposição de um cenário de “guerra” e foco frente a um objetivo em vista, que, nesse caso, trata-se da sabotagem do Brasil. A presença de bandeiras ao fundo, combinada à cor vermelha que domina a capa e ao protagonismo dos petistas confirma a proposição de sentido da IstoÉ de seguir contribuindo com a culpabilização de Dilma e do PT como um todo.

#### 6.3.5. Capa da semana de 6 de maio de 2016

A capa da semana correspondente à do dia 6 de maio está contextualizada num cenário em que o Plenário da Câmara aprova a abertura do processo de Impeachment, e a Comissão do Senado aprova a abertura do inquérito através do parecer do relator da comissão, Antonio Anastasia.

Quadro 10 - Capa IstoÉ 06/05/16

<p style="text-align: center;"><b>A República passada a limpo</b> <b>06/05/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> A REPÚBLICA PASSADA A LIMPO</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Lula a um passo da prisão/ O justo fim do “Malvado Favorito”/ O adeus de Dilma (e suas últimas armadilhas)</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo cinza; imagem de Eduardo Cunha, de pé e em maior tamanho, à esquerda, acompanhada, na parte superior direita, da figura de Lula com expressão de preocupação e de Dilma, no canto inferior direito, com olhar desconfiado e incerto; letras cinzas, vermelhas e pretas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> coadjuvante.</p> <p><b>Dilma governante:</b> coadjuvante e corrupta.</p> <p><b>Dilma política e o PT:</b> corrupta e manipuladora.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Percebe-se que o processo começa a ganhar mais corpo e relevância dentro das instituições por onde passa, suscitando, de modo ainda mais enfático, o trabalho discursivo da Revista IstoÉ frente ao posicionamento que, desde as edições antecessoras, vem demonstrando defender, que é o de condenação da então presidenta Dilma Rousseff.

Nessa capa, em particular, o semanário divide o espaço entre três figuras públicas importantes à época, tratando-as, intencionalmente, com o mesmo tom condenatório. Ao satirizar Eduardo Cunha, a IstoÉ o compara ao famoso vilão da animação “Meu Malvado Favorito”, ironizando sua culpabilidade à semelhança de um vilão conhecido. Em outras palavras, é como se não deixasse margem a dúvidas sobre a falta de idoneidade do político. Ao trazer Lula, por sua vez, a revista volta a articular o seu processo na justiça com o de Dilma, condicionando a imagem da então presidenta à sentença dada, ainda que de modo precoce, a ele. Selecionando, pois, uma imagem que revela uma expressão de desconfiança



e incerteza por parte de Rousseff, a revista busca suscitar no público a impressão de que seus dias estão diretamente subordinados aos de Lula - que aparece, por sua vez, com a face claramente preocupada, ao passo que, na foto, leva as mãos à boca, tapando parte do rosto em expressão de incômodo.

Quando vincula a condenação de Lula ao contexto sobre o qual Dilma se encontra, a revista trabalha, mais uma vez, com a coadjuvância da presidenta à situação do ex-presidente. Como um mero fantoche para os desmandos do político, a IstoÉ corrobora seu entendimento a respeito da presença quase figurativa de Rousseff no poder, provando que, na verdade, sua atuação se deve à interferência e popularidade de Lula. A respeito dessa realidade suscitada, o semanário contribui com a leitura da sociedade frente à secundarização da mulher na política, que pode ser entendida, no caso de Dilma, a partir de uma perspectiva machista, selada nos moldes do sistema patriarcal sobre o qual a população brasileira se insere, na medida em que, de forma exitosa, dá à circunstância um horizonte de sentido empenhado em desmoralizar a imagem pública da presidenta, sobretudo, quando, para além da subordinação de sua representatividade à atuação de Lula, a revista adiciona ao texto de apoio ao lado de Dilma os parênteses “(e suas últimas armadilhas)”. No tocante a esse ponto, o texto atua como fortalecedor de uma imagem negativa, pois avalia, além da sua (sub)representação na presidência, a sua falta de caráter que se mantém cada vez mais ativa, conforme a proximidade do julgamento de Lula se faz presente. Assim sendo, a revista trabalha com a intenção de contribuir com o desfecho negativo, para Dilma, do processo de Impeachment, aproveitando a oportunidade de manter a opinião pública desfavorável com relação a Eduardo Cunha e, sobretudo, àquele que atua como a personificação do odiado PT: o ex-presidente Lula.

### 6.3. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA CARTA CAPITAL

Nessa parte do trabalho, analisaremos o modo como a Revista Carta Capital propõe a imagem pública de Dilma Rousseff a partir de suas capas durante o processo de Impeachment na Câmara Federal. Além disso, em coerência com o objetivo traçado, foram selecionadas apenas as capas que incluem a imagem da presidenta. Dessa maneira, cada capa será analisada a partir de um quadro, onde serão evidenciadas informações pertinentes à pesquisa, a saber: imagem da capa, data de publicação, descrição do texto de apoio e manchete.

## 6.3.1. Capa da semana de 12 de maio de 2016

A capa do dia 12 de maio da Revista Carta Capital é publicada no dia em que a presidenta é afastada por 180 dias e que, conseqüentemente, o seu vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente o governo. Ainda nesse mesmo contexto, três dias depois, o inquérito contra Dilma é oficialmente aberto no Senado.

Quadro 11 - Capa Carta Capital 12/05/16

<p style="text-align: center;"><b>Edição Especial da Crise</b> <b>12/05/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> ---</p> <p><b>Texto de apoio:</b> A singular e dolorosa trajetória de um partido resistente que, em busca de poder, passou a se esmerar em traições.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo com cores que mesclam preto, vermelho e cinza; imagem de Dilma com a cabeça baixa, dando a entender uma perspectiva de quem está caminhando, em movimento para deixar um lugar; letras vermelhas, brancas e amarelas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma governante:</b> desiludida.</p> <p><b>Dilma política e o PT:</b> traidora e ambiciosa.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Levantado o cenário onde a capa é dada a ver, o semanário trabalha com a imagem de uma Dilma cabisbaixa e silenciosa, expondo um aspecto de quem “entregou os pontos”. Por ter sido afastada interinamente do poder, a revista aborda uma perspectiva negativa frente à trajetória de Dilma e do PT, acusando, com auxílio de seu texto de apoio, a “trajetória de um partido resistente que, em busca de poder, passou a se esmerar em traições”.

A partir da entonação proposta pela Carta Capital, é possível perceber um quê de decepção em sua abordagem, expondo uma Dilma decepcionada e triste, mas sem a fúria

de um derrotado. Nesse sentido, o semanário propõe um horizonte que se aproxima mais à desilusão de um percurso fracassado, mas que não coloca apenas nas costas de Dilma o peso de toda a culpa, e sim em toda a história cheia de brechas e traições que o seu partido escreveu - inclusive com relação ao próprio processo de Impeachment. Dessa maneira, a partir do uso de cores melancólicas, combinado à perspectiva de movimento da foto de Rousseff, sua postura encurvada, composta pela cabeça baixa e pela falta de resistência em deixar o lugar onde estava no momento, nota-se a tonalidade negativa frente ao seu afastamento, mas que parece ser narrada por parte de um eleitorado que era seu, mas que se encontra claramente desgostoso com os desmembramentos e atitudes evidenciados pelos últimos acontecimentos.

Outro fator que pode ser ressaltado, através, especialmente, da composição de cores da capa, diz respeito à sensação de escurecimento do cenário que comporta a imagem de Dilma, construído com uma gradação de cores que vai, no sentido da esquerda para a direita, do preto ao vermelho. Assim, a revista parece propor um sentido de apagamento do caminho à medida que Dilma se afasta. Desse olhar, podemos deduzir que o sentido sugerido diz respeito, justamente, à infelicidade de um trajeto que poderia ter sido diferente, mas que foi marcado por uma série de constrangimentos e erros por parte do governo Dilma e do próprio governo Lula.

### 6.3.2. Capa da semana de 19 de maio de 2016

A capa do dia 19 de maio foi publicada na época em que o inquérito contra Dilma foi oficialmente aberto no Senado.

Quadro 12 - Capa Carta Capital 19/05/16

<p style="text-align: center;"><b>Entrevista Dilma Rousseff</b> <b>19/05/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> ENTREVISTA DILMA ROUSSEFF</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Dilma Rousseff à comissão do impeachment / “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo bege e branco; imagem de Dilma com semblante cansado, mas, ao mesmo tempo, vívido e ativo, potencializado pelas mãos levantadas próximas ao seu rosto; letras amarelas e brancas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> injustiçada e lúcida.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Por se tratar de uma entrevista, a Revista Carta Capital empenhou-se em trazer à luz um viés mais pessoal da então presidenta, dando uma roupagem diferente daquela costumeira, uma vez que se preocupou tão somente em deixá-la expor também o seu lado a respeito de tudo o que estava vivendo.

Como poucas vezes, a Dilma exposta pelo semanário tratou o seu lado humano e sua vivência enquanto mulher. Através de um semblante abatido, porém firme, a capa propõe a imagem de uma Dilma lúcida e ciente dos acontecimentos pelos quais vinha passando. Um elemento capaz de contribuir com o sentido de sua lucidez perante os fatos diz respeito à posição de suas mãos na fotografia, que dá a ideia de alguém que domina o que está falando e que consegue argumentar e explicar os principais pontos a respeito das circunstâncias.

Da entrevista, a capa destaca trechos para compor o texto de apoio, que dão a entender o quão difícil vinha sendo a batalha frente à declarada injustiça do processo de Impeachment. Nesse sentido, o tom permitido pela revista demonstra a sua nova aproximação da então presidenta, numa espécie de reconciliação com seu passado, já que

fica claro que o seu editorial dá credibilidade à versão de Dilma como alguém que foi injustiçada.


#### 6.4. DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ÉPOCA

Nessa parte do trabalho, analisaremos o modo como a Revista Época propõe a imagem pública de Dilma Rousseff a partir de suas capas durante o processo de Impeachment na Câmara Federal. Além disso, em coerência com o objetivo traçado, foram selecionadas apenas as capas que incluem a imagem da presidenta. Dessa maneira, cada capa será analisada a partir de um quadro, onde serão evidenciadas informações pertinentes à pesquisa, a saber: imagem da capa, data de publicação, descrição do texto de apoio e manchete.

##### 6.4.1. Capa da semana de 9 de abril de 2016

A capa da semana do dia 9 de abril está inserida, cronologicamente, às vésperas da aprovação do parecer a favor do Impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados, seguida do áudio vazado do vice Michel Temer, que fala como se o Impeachment já tivesse sido aprovado. Não obstante, ao mesmo tempo, a comissão especial do Impeachment na Câmara aprova o parecer do relator e envia o caso ao plenário, e o PSD, um dos partidos da base de Dilma, decide apoiar o Impeachment.

Quadro 13 - Capa Época 09/04/16

<p style="text-align: center;"><b>É guerra!</b> <b>09/04/2016</b></p> 	<p><b>Manchete:</b> É GUERRA!</p> <p><b>Texto de apoio:</b> Os aliados de Dilma avançam sobre políticos do PP, do PR e dissidentes do PMDB – e os aliados de Temer avançam sobre os mesmos políticos/ A Lava-Jato dispara contra a campanha da presidente, e a investigará por obstrução da Justiça.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo azul; primeiro plano composto por uma imagem de Dilma com semblante sério, seguido por Temer desfocado ao fundo; letras pretas e brancas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> ríspida e inflexível.</p> <p><b>Dilma governante:</b> corrupta e criminosa.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Considerado o descrito cenário em que a Revista Época publica sua capa, é possível depreender de sua leitura uma proposição de sentido tensa e dura, uma vez que a então presidenta aparece com um semblante sério e nitidamente preocupado com relação aos últimos acontecimentos, dando a entender que está efetivamente acuada frente à perda de apoio de partidos aliados, bem como ao avanço das investigações da Lava-Jato.

O semanário trabalha, pois, para associar a tensão exposta pela expressão de Dilma à iminência de sua condenação, tendo em vista seu suposto envolvimento com os esquemas de corrupção que a capa parece imprimir através de sua imagem. Além disso, a manchete trazida, “É guerra!”, também induz um clima de desconforto entre Dilma e Michel Temer, seu então vice-presidente. Como quem busca incitar ares de discórdia, a montagem feita com as fotos dos políticos traz um tom sério e nada amigável a ambos, especialmente por meio do semblante da presidenta. Dessa maneira, apesar de dividirem espaço na presidência, a Revista Época empenha-se em expor a indisposição supostamente

reinante entre eles, provocando, em seu público, um entendimento capaz de gerar preocupação e insegurança, já que, nem internamente, a situação parece estar sob controle. Um dos agravantes a essa percepção consiste, pois, na indiferença com que os dois são apresentados na capa, onde não se percebe nenhum grau de proximidade, e sim de desprezo e distanciamento.

Com o uso desse artifício, o semanário mostra-se bem-sucedido no que concerne ao agravamento da antipatia da sociedade com relação, especialmente, à Dilma, pois afirma, ainda que sutilmente, por meio da imagem ríspida e dura da presidenta, sua falta de habilidade em contornar situações difíceis, quando não consegue nem ao menos manter a harmonia com seu vice. A partir desse viés interpretativo, a capa contribui com a ratificação do que “está por vir pela frente”, dando todos os indícios de um desfecho infeliz à presidenta, mas que, ao mesmo tempo, parece ser o único capaz de amenizar os ânimos e dar alguma esperança sobre a volta da paz na política e na vida dos brasileiros e brasileiras.

#### 6.4.2. Capa da semana de 16 de abril de 2016

A capa correspondente à semana do dia 16 de abril é publicada um dia antes de o Plenário da Câmara aprovar a abertura do processo de Impeachment.

Quadro 14 - Capa Época 16/04/16

<p style="text-align: center;"><b>A solidão de Dilma</b> 16/04/2016</p> 	<p><b>Manchete:</b> A SOLIDÃO DE DILMA</p> <p><b>Texto de apoio:</b> A solidão de Dilma: a debandada do baixo clero deixa governo em situação desesperadora /A romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente Michel Temer/ As lideranças devem amainar os ânimos”, diz a ministra do Supremo Cármen Lúcia.</p> <p><b>Descrição:</b> Fundo cinza; imagem de Dilma parada e sozinha em frente às janelas do Planalto, olhando, sem foco, a paisagem à frente; letras vermelhas e pretas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Sentido/ Imagem proposta</b></p>	<p><b>Dilma mulher:</b> abandonada e vulnerável.</p> <p><b>Dilma governante:</b> isolada e sem credibilidade.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

A Revista Época veicula uma capa em que o destaque é dado à suposta solidão de Dilma, provocada graças à “debandada do baixo clero”, que “deixa governo em situação desesperadora”. Somada a isso, há também a “romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente Michel Temer”. Com esse jogo de imagem, manchete e texto de apoio, a intenção da edição em voga está nitidamente direcionada em propor um sentido de isolamento e abandono à Dilma, dando a entender que seu governo está, efetivamente, largado às traças e sem nenhum apoio dos demais partidos. Dessa maneira, o que o semanário consegue provocar é a sensação de insegurança no povo brasileiro, que não atribui credibilidade a uma governante que se encontra totalmente isolada em seu mandato.

Outro ponto de alerta capaz de ser suscitado da capa em questão consiste na utilização de um tom de fragilidade e melancolia direcionado à presidenta, que repercute, invariavelmente, à sua figura enquanto mulher que está ocupando um “terreno de homens”. Em outras palavras, ao articular o sentido tendencioso com que a Revista Época constrói sua capa ao selecionar uma imagem que dá a impressão de uma Dilma fraca e



desiludida, que se confirma com seu olhar perdido para o horizonte exposto pelas janelas do Planalto, o semanário influencia a vazão de um olhar que não atribui mais legitimidade a ela, uma vez que, desprovida de credibilidade, Rousseff passa a ser lida, desde já, como uma carta fora do baralho.

Além, pois, de sinalizar a solidão de Dilma por meio da escolha da fotografia, sua combinação com o texto de apoio dá ainda mais força à ideia de que a presidenta está, de fato, com seus dias contados, uma vez que está acontecendo a ‘romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente Michel Temer’. Com essa afirmação, a *Época* contribui não somente à percepção acerca do desfecho do processo de Impeachment, mas ao retorno de uma espécie de “ordem” na esfera política, de onde se pode deduzir que existe a intenção de propor um sentido de fim para a “aventura rebelde” de uma mulher na presidência.

## 7 A PROPOSTA DE SENTIDOS SOBRE DILMA ROUSSEFF

A partir das análises inferidas acerca de cada capa de revista exposta acima, buscamos compreender o modo como esses veículos de comunicação agiram no que tange à indicação das proposições de sentido à imagem pública de Dilma Rousseff, levando em conta o capital simbólico pertencente ao jornalismo, bem como à sua influência frente à formação da opinião pública e, sobretudo, à ratificação dos principais estereótipos de gênero inculcados na sociedade brasileira.

Dessa maneira, levando em conta o referencial teórico que serviu de subsídio à pesquisa, torna-se central, nos apontamentos que se seguem, a articulação das diferentes Dilmis encontradas às noções de construção da imagem pública, a relevância do jornalismo e do jornalismo de revista, bem como seu tensionamento às diferentes propostas para a construção de sentido e para o entendimento acerca do protagonismo das questões de gênero na esfera política.

### 7.1 AS DILMAS DAS CAPAS (GOVERNANTE, MULHER, POLÍTICA)

A constatação acerca das diferentes Dilmis encontradas nas capas das revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época foram sintetizadas abaixo (Quadro 15), a fim facilitar a leitura a respeito das principais inferências que foram desdobradas como resultados das análises. Para tanto, conforme exposto nos procedimentos de análise, a categorização escolhida para o avanço dos estudos das capas consistiu na sistematização, subsidiada pelo roteiro indicado pela análise de conteúdo, dos sentidos relevantes ao objetivo da pesquisa, que consistiram em: Dilma mulher, Dilma governante e Dilma política e o PT. A partir dessas categorias iniciais, foram sendo desmembradas as principais características referentes à presidenta, tendo em vista a abordagem discursiva e imagética construída pelos semanários a respeito de sua imagem durante o processo de Impeachment na Câmara Federal.

**Quadro 15** - Valoração e Sentido/Imagem de Dilma Rousseff pelas Revistas

REVISTA	VALORAÇÃO	SENTIDO/IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF
---------	-----------	----------------------------------

<b>VEJA</b>	Negativa	Dilma Governante	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incapaz</li> <li>• Desqualificada</li> <li>• Criminosa</li> <li>• Corrupta</li> </ul>
<b>ISTOÉ</b>	Negativa	Dilma Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórica</li> <li>• Descontrolada</li> <li>• Instável</li> <li>• Coadjuvante</li> </ul>
		Dilma Governante	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despreparada</li> <li>• Incapaz</li> <li>• Desequilibrada</li> <li>• Coadjuvante</li> <li>• Corrupta</li> <li>• Subordinada</li> <li>• Mentirosa</li> <li>• Manipuladora</li> </ul>
		Dilma política e o PT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criminosa</li> <li>• Corrupta</li> <li>• Manipuladora</li> </ul>
<b>CARTA CAPITAL</b>	Negativa	Dilma Governante	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desiludida</li> <li>• Traidora</li> <li>• Ambiciosa</li> </ul>
		Dilma política e o PT	
	Positiva	Dilma Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Injustiçada</li> <li>• Lúcida</li> </ul>
<b>ÉPOCA</b>	Negativa	Dilma Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ríspida</li> <li>• Inflexível</li> <li>• Abandonada</li> <li>• Vulnerável</li> </ul>
		Dilma Governante	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corrupta</li> <li>• Criminosa</li> <li>• Isolada</li> <li>• Sem credibilidade</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Como ponto referencial para a efetivação das análises, o entendimento no que tange à construção da imagem pública foi, a todo o momento, tensionado às abordagens dirigidas à Dilma. Nesse sentido, ao articular o que Gomes (1999, p.161) reitera a esse respeito quando afirma que “a política de produção de imagem representa um inevitável adicional de insinceridade às práticas discursivas”, torna-se razoável compreender o padrão repetitivo de diversas narrativas orquestradas pelas capas, que representam uma regularidade editorial frente ao seu posicionamento em relação ao processo de Impeachment e, especificamente, à imagem pública de Rousseff. Para ratificar essa tendência, basta tomar como base o modo de retratar sua imagem, muitas vezes descolada

do contexto aferido pelas edições, que geralmente davam destaque a características que em nada interferem na competência política ou preparo para ocupar a presidência.

Nesse sentido, como ponto inicial das conclusões tiradas, constatamos que três das quatro revistas lançaram mão da função informativa pertinente à prática jornalística, dando espaço a seus juízos de valor a respeito da condenação antecipada da presidenta. Nesse grupo, estão incluídas as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, que apresentam uma postura claramente posicionada sobre as verdades concernentes à Dilma e ao seu processo. Essa avaliação previamente estruturada a respeito dos acontecimentos se faz constante em todas as categorizações definidas, de modo que os próprios argumentos utilizados para desqualificar Dilma em cada uma delas mostraram-se enviesados em muitos momentos, demonstrando a unilateralidade editorial das revistas cujo compromisso primeiro centrou-se na seleção de elementos imagéticos e textuais empenhados em deslegitimar a Dilma governante, a Dilma mulher e a Dilma política e o PT.

Admitida a inversão do que se espera da prática jornalística a respeito da abordagem da imagem pública de Dilma a partir do Impeachment, quando foi avaliado, especificamente, o tratamento da categoria Dilma governante, foram consideradas as noções evidenciadas pelos veículos sobre sua qualidade enquanto gestora. No entanto, na maior parte das capas, houve a distorção desse agrupamento de características, tensionando seu sentido a qualidades previstas na personalidade de Rousseff. Em outras palavras, quando tratada, por exemplo, como coadjuvante, incapaz, subordinada e desequilibrada, há uma clara referência aos padrões culturalmente reconhecidos para a desqualificação de uma mulher em cargos de poder. Para além dessas constatações, o tangenciamento da imagem da presidenta aos esquemas de corrupção de toda ordem também foi uma constante, ainda que, de forma geral, sem subsídios suficientes para comprovarem as afirmações ou para respaldarem qualquer vínculo com questões, de fato, caras às asserções feitas, como ocorreu quando a presidenta foi associada a Eduardo Cunha pela Revista *IstoÉ*, ou então quando teve o seu nome associado a supostos movimentos realizados no Planalto com vistas à inviabilização do governo interino de Michel Temer. Aqui, notamos a presença de uma tentativa recorrente de antecipar o seu julgamento, utilizando narrativas amplas e genéricas cuja interpretação já vem pronta. Um dos fatores motivadores dessa constância argumentativa, que se repete nas diferentes revistas, com exceção da *Carta Capital*, pode ser evidenciada em Weber (2009, p.20) quando salienta a eventualidade da formação da imagem pública. Dito de outra maneira, a recorrência de um determinado formato argumentativo pelas capas é compreensível à medida que, para manter a opinião

pública inclinada ao sentido proposto, é necessário um trabalho dedicado, com uma construção lógica e reconhecível de suas bases argumentativas.

Cara a todas as categorias estudadas, a referência à imagem-conceito, premeditada por Baldissera (2008), é também importante à medida que nos permite reconhecer o constructo simbólico que tangencia o processo de significação das imagens propostas. Dessa forma, para muito além da perspectiva imagética incrustada nas capas das revistas, estão os padrões culturais internalizados e o conhecimento dos mecanismos mais eficientes ao alcance de determinado objetivo. Morigi (2004, p.4) ressalta o fato de “as representações coletivas serem as formas de pensamento que a sociedade elabora para expressar sua realidade”. Assim, o alinhamento da mídia com os valores decisivos para determinado contexto é essencial para o sucesso da mediação que se estabelece nesse processo de proposição de sentido.

Desmembrar a categoria da Dilma mulher, pois, resultou no reconhecimento de uma recorrência significativa de evidenciação de determinados atributos cujo objetivo central consistia em desqualificar a imagem de uma mulher, entendendo que as bases para esse tipo de visão já são sólidas e legitimadas pela população. De modo bastante ilustrativo, esse tipo de abordagem pode ser encontrado a partir da identificação de características como histérica, instável e descontrolada, que propõem um horizonte de sentido amplamente associado às marcas de gênero que se misturam a qualquer segmento em que a mulher esteja à frente na sociedade. Perante as características assinaladas à Rousseff como mulher, é possível reconhecer o que Bourdieu (2002) aponta como “transgressão da ordem natural das coisas”, ou seja, o destaque feito pelos semanários em relação à Dilma estava, na maior parte do tempo, confundido com os elementos qualificadores de sua eficiência e idoneidade enquanto presidenta. Logo, reconhecer a discrepância no que tange à credibilidade adquirida quanto aos cargos ocupados por mulheres torna-se palpável a partir do tratamento identificado em relação a ela. Essa articulação se justifica, dentre outras coisas, pelo fato de prescindir do risco inerente às diversas interpretações possíveis por parte do público leitor. Por isso, nesse contexto, o acionamento de elementos facilmente aceitos pelos indivíduos para legitimar as versões criadas sobre a realidade se fez presente na estratégia adotada pelas capas.

De modo substancial, foi possível reconhecer a articulação de suas principais características com um estereótipo de comportamento que associa a maior parte dos problemas da mulher ao seu temperamento e vulnerabilidade emocional. A maior parte das capas analisadas que dava conta de justificar o fracasso de seu governo se empenhava em

dar destaque à instabilidade de sua personalidade, bem como à sua postura ríspida no tratamento das questões do governo. Além disso, a própria posição de coadjuvante, inúmeras vezes mencionada ao colocar o Lula como ator importante em sua gestão, contribui para confirmar o nível de descrédito que, frente à opinião pública, Dilma sofria.

No tocante às abordagens que mesclavam a imagem de Dilma política e o PT, foi possível perceber a sua culpabilização em relação às pautas sobre as quais era acusada, de modo que, ao mesmo tempo, os semanários, em diversos momentos, aproveitavam a temática da edição para retratar a realidade corrupta histórica do partido que, tida por eles como consequência natural, foi continuada durante o governo Dilma. Dessa forma, combinado aos atributos evidenciados em sua categorização como governante, o tratamento de sua imagem, em conjunto ou não com algum outro ator político, foi notoriamente coerente no que diz respeito ao cumprimento de um único objetivo: antecipar sua condenação e desqualificar a sua imagem pública perante a sociedade.

É preciso, contudo, ressaltar um veículo destoante do cenário geral apresentado, que consiste na Carta Capital. Conforme esperado, a escolha por essa revista, desde o início, visou à possibilidade de estabelecer um contraponto à leitura da mídia massiva frente ao acontecimento do Impeachment e, de modo especial, ao tipo de tratamento direcionado à Dilma. Dessa maneira, é fundamental que se evidencie a presença de duas avaliações nas edições que foram analisadas, sinalizando, em um primeiro momento, uma percepção negativa do governo e, de forma geral, do histórico do seu partido, e, em um segundo momento, a avaliação positiva, preocupada em dar espaço de fala a Dilma - algo ausente nas demais capas durante o processo de Impeachment na Câmara Federal.

Sendo assim, pelas propostas de sentido oferecidas à imagem pública de Dilma Rousseff pelas revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época, é possível depreender o caráter indissociável do que Thompson (1998, p.182) denomina “afluxo de experiências mediadas” dos indivíduos, que é responsável pela seletividade instituída nos processos de decodificação. Em outras palavras, a perspectiva semiótica adotada nas análises deu conta, justamente, de reconhecer as intervenções sociais inerentes ao acontecimento e ao ator político analisado, de modo a admitir o protagonismo do papel da mídia nas construções simbólicas referentes à noção de mundo e, sobretudo, à utilização crítica de determinados códigos na elaboração de mensagens por parte de todos os sujeitos.

## 7.2 RESPONSABILIDADE DA IMPRENSA

Depois de perceber o modo como as capas das revistas analisadas se apropriaram de um determinado posicionamento para direcionar a proposição de sentido dada à imagem pública de Dilma Rousseff, cabe sinalizar alguns pontos importantes no que diz respeito à responsabilidade da imprensa enquanto agente mediador da realidade. Nesse sentido, conforme sinaliza Velloso (2010), as revistas funcionam como um lugar de memória aos acontecimentos mais importantes de uma época. Sendo assim, dotados do capital simbólico pertencente ao jornalismo, os veículos de comunicação analisados possuem a ciência a respeito da credibilidade que a sociedade atribui aos enquadramentos noticiosos feitos e, sobretudo, ao modo como são abordados. Por isso, o compromisso da imprensa adquire uma importância não apenas de reprodução da realidade, mas de produção da leitura sobre ela.

Além da prática jornalística a respeito da seleção de notícias, é preciso que se tenha em vista o fato de que sempre haverá um encontro de afinidades entre uma equipe de profissionais e o leitor, o que, conseqüentemente, repercutirá em conseqüências importantes no que tange à aceitação de determinados pontos de vista em detrimento de outros. A construção discursiva proposta pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Carta Capital* e *Época* demonstra não apenas a consciência desse poder simbólico, mas o seu uso conveniente, a partir dos objetivos premeditados pela seleção dos destaques das capas, que combinavam, a todo o momento, o efeito imagético com o propiciado pela manchete e texto de apoio.

Reconhecer, pois, a existência fundamental de nichos para cada tipo de editorial é determinante para que se calcule a potência dos efeitos das notícias gerados nos leitores. Apesar de estabelecido teoricamente, o compromisso de isenção previsto na prática jornalística é, sem dúvidas, uma falácia, e isso se deve à impossibilidade de qualquer indivíduo de se descolar de suas vivências e de seus repertórios para produzir qualquer conteúdo. Aqui, pois, é que se encontra uma linha tênue que separa o aspecto tendencioso proposital daquele que, pelo simples fato de todos possuírem uma história particular e experiências individuais, se encontra intrínseco em qualquer prática profissional. No que diz respeito ao modo como a imagem pública de Dilma Rousseff foi construído, é inegável que houve a participação de elementos definidos previamente cujo objetivo estava claramente direcionado à sua desqualificação enquanto mulher e governante.

Para Prado (2010), sempre haverá uma cartilha de propostas sobre as verdades que será emitida por todo e qualquer veículo de comunicação. O que importa, nesse momento, é considerar o grau de influência que esses aspectos possuem na leitura sobre a realidade por parte do público, bem como ao tipo de comportamento que é acionado por meio das abordagens oferecidas. No caso das capas analisadas, foram identificadas estratégias valorativas bastante tendenciosas, acessando percepções distorcidas e provocando inversões propositais dos acontecimentos e seus significados. Por isso, admitir o poder que a imprensa possui em suas mãos é reconhecer o sucesso das suas proposições de sentido ao imaginário coletivo, utilizando, de modo substancial e eficiente, valores facilmente reconhecíveis pelo senso comum, além de uma perspectiva regular no modo de retratar os acontecimentos e acionar as características, nesse caso, de Dilma Rousseff, especialmente no tocante ao seu ineditismo como mulher no maior cargo político do Brasil.

### 7.3 A REVISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

A perspectiva de gênero foi a base para as análises que construíram esta pesquisa. Nesse sentido, além da preocupação frente às inferências a respeito do acontecimento Impeachment, importou reconhecer o fato de sua protagonista ser uma mulher que está inserida em uma sociedade cujo sistema político, social e cultural é instituído a partir de lógicas patriarcais e de irrelevância histórica às pautas de gênero nas esferas pública e privada. Partindo, pois, desse reconhecimento, aferir sobre essa temática por meio dos discursos construídos pelas capas das revistas torna-se essencial à medida que, tensionada aos valores culturais determinantes à conformação da sociedade brasileira, foi possível identificar a reprodução de uma série de aspectos de ordem machista e misógina, notoriamente destoante àqueles que, no caso de um ator político do sexo masculino, não estariam presentes.

Entender a definição dos papéis do homem e da mulher na sociedade como algo definido historicamente é o pressuposto inicial necessário para refletir acerca do tipo de tratamento que grande parte das capas direcionaram à Dilma, ainda que com intensidades variadas. Quando, por exemplo, a IstoÉ concentra seus esforços para produzir uma edição de sua revista cujo foco é acusar Dilma de histeria e descontrole durante o processo de Impeachment corrente na Câmara Federal, atribuindo suas declarações a fontes não mencionadas de dentro do Planalto, é uma prova clara do descompromisso no que tange à prática jornalística e, sobretudo, à sua isenção ao retratar a imagem de uma figura pública



como a presidenta da República. Nesse sentido, o uso de ofensas de cunho machista e misógino direcionadas à Rousseff foi uma prática regular na tentativa de desqualificar a sua imagem enquanto governante e mulher.

A urgência, segundo Biroli (2017, p.175) do debate feminista na esfera política diz respeito justamente ao confronto necessário no que concerne ao acesso a direitos por parte das mulheres em detrimento daquele concedido aos homens. Quando acusam Dilma de instável e desequilibrada, as capas contribuem decisivamente para a confirmação de um estereótipo enraizado na cultura brasileira, que atribui todo e qualquer equívoco de uma mulher à sua incapacidade de enfrentar situações desafiadoras e que exigem firmeza para tomar decisões - entendendo essa habilidade como sendo exclusiva dos homens. Sendo assim, a política como “negócio de homens” encontra ainda mais subsídio argumentativo para se fazer valer, uma vez que existe um conjunto importante de veículos de comunicação empenhado em alimentar a ideia construída sobre o comportamento feminino, suas fragilidades e seus lugares ideais.

O grande ponto de reflexão, dessa forma, pode ser que esteja situado no campo da necessidade de justificação díspar às ações e papéis dos gêneros. Segundo Bourdieu (2002, p.18), a questão se insere na prerrogativa histórica, amparada pela visão androcêntrica de mundo, que dispensa qualquer justificativa para legitimar as ações dos homens. Nesse sentido, o tratamento recebido por Dilma pelas capas é mais um indicativo dos esforços de uma sociedade conservadora em manter os privilégios a quem sempre os teve, suprimindo a vocalização de grupos subalternos. Por isso, para Pinto (2010, p.21), é emergente a criação de programas que visem, de fato, à inserção da mulher na vida política, de modo a estabelecer, de modo criterioso, a prioridade de suas pautas e a importância de sua participação nos processos decisórios.

O tipo de cobertura aponta, por sua vez, para um posicionamento das revistas a favor do impeachment e para tanto contribuem com a sua desqualificação. À exceção da Carta. Contribuem, assim, para a construção da opinião dos leitores, a partir da imagem que sugerem.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho deu conta de analisar onze capas das revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, veiculadas durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara Federal, a fim de verificar o modo como propõem a construção de sentido para sua imagem pública, levando em conta o protagonismo da questão de gênero e analisando que tipos de argumentos (des)qualificadores são acionados pelas mesmas.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, foi preciso entender de que forma as capas analisadas sintetizam o discurso das revistas e de que modo influenciam no posicionamento das mesmas com relação à Dilma Rousseff, promovendo um horizonte de sentidos à imagem pública da presidenta. Nessa perspectiva, conforme o acionamento das principais discussões teóricas já mencionadas nos capítulos anteriores, o tensionamento da prática jornalística com a formação da opinião pública foi uma estratégia fundamental para entender o tipo de comportamento emancipado pelos semanários, evidenciando o seu compromisso com a informação em detrimento de um posicionamento pré-definido em relação à presidenta. De modo evidente, ficou clara a tomada de partido, especialmente por parte das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* no momento de propor sentidos à interpretação da imagem pública de Dilma, de modo que estabeleceram um discurso regular a respeito de sua condenação antecipada, dando vazão, sobretudo, a uma argumentação, em sua ampla maioria, livre de bases formais e ancorada no objetivo explícito de desmoralização e desqualificação da presidenta enquanto governante e mulher.

Tendo em vista a centralidade da questão de gênero, grande motivadora para a realização das análises, foi também possível perceber a presença inegável e constante do acionamento de características pejorativas à mulher, recuperando noções históricas a respeito dos papéis que devem ser desempenhados pelos gêneros (BOURDIEU, 2002). À mulher, pois, representada por Dilma nesse estudo, a obrigação de cumprir um protocolo rígido de comportamento, sob o risco de ser submetida ao ridículo no caso de desrespeitá-lo. À Dilma, portanto, foram evidenciadas as mais diversas acusações a respeito de sua suposta inaptidão para gerir o país, combinada com as alegações referentes à sua instabilidade emocional e desequilíbrio psicológico para aguentar os desafios que, culturalmente, só poderiam ser vencidos por homens preparados para a função.

Além disso, outro elemento a ser destacado pelas análises consiste na insistente associação de Lula aos principais acontecimentos envolvendo o governo Dilma, dando a entender a dependência da presidenta com relação ao ex-presidente. Mais uma vez, pois, ao articular esse tipo de abordagem ao retratar a imagem de Rousseff, colabora-se para o entendimento a respeito da insuficiência da governante nos processos decisórios, inferindo sobre seu grau de subordinação a Lula. Ainda que de modo menos explícito do que as demais caracterizações misóginas atribuídas à Dilma, a relevância cultural de uma presença masculina tão próxima no primeiro governo presidido por uma mulher é enfática, uma vez que mantém ativo o discurso da incapacidade feminina para ocupar cargos na política e gerir, de modo autônomo, as resoluções do país reservadas à presidência da República.

Levando em conta as constatações a partir da análise realizada com as capas, percebemos que o fio condutor de seus desmembramentos seguiu a linha condenatória de Dilma, contribuindo para o desfecho antecipado de seu processo, graças, sobretudo, à mobilização da perspectiva de gênero, que ainda possui grande força quando adotada em estratégias que visam à desqualificação da mulher nos mais diversos espaços de representatividade na sociedade.

Dentre outras coisas, a desqualificação direcionada à imagem pública de Dilma pelas revistas trouxe, através das análises, mais uma prova contundente a respeito da indispensabilidade do ativismo feminista em busca de colocação das mulheres nos mais diferentes segmentos da sociedade. Além disso, o amadurecimento da consciência dos cidadãos no que se refere à interseccionalidade das variáveis que compõem os preconceitos e que torna a discussão sobre desigualdades e disparidades cada vez mais fundamental é que ocupa lugar central para o avanço do processo de desnaturalização dos privilégios concedidos aos homens e à falta de representatividade das mulheres nos cargos políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tânia. **Opiniões e sentenças em capas de Veja sobre o primeiro Governo Lula (Brasil, 2002 a 2006)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

AMORIM, André; CARVALHO, Angelo; SANTOS, Dalila; SANTOS, Mayane. A Face machista do Impeachment: postura de revistas brasileiras perante o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff. **Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

ANTUNES, E; VAZ, P.B. Mídia: um aro, um halo, um elo. In: GUIMARÃES, C; FRANÇA, V. (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 43-60.

ANTUNES, Elton. O jornalismo é história malfeita? In.: ANTUNES, Elton; LEAL, Bruno S.; VAZ, Paulo B. (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

BALDISSERA, Rudimar. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. **Revista Fronteira**, v. 10, p. 193-200, 2008.

BALDISSERA, Rudimar; BORBA, Mario. Das Mídias à Mídiatização: Reflexões Sobre Opinião Pública. **Trabalho Apresentado ao III ABRAPCORP**, São Paulo, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia I**. Tradução de Izidoro Blikstein. 16. ed.. São Paulo: Cultrix, 2006.

Barthes, R. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n.34, p.273, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade**. Lua, Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

CAVALCANTI, Anna. **Jornalismo Cultural e Personalização: o acionamento do perito nas capas da revista Bravo! (1997-2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso da Mídias**. Tradução Ângela S.M.Corrêa - São Paulo: Contexto, 2006a.

COELHO, Denian; VIECHINESKI, Fabiana. O rito do Impeachment na Legislação Brasileira. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, n. 15, jul/dez 2016. ISSN 2175-7119.

DUVIVIER, Gregório. Xingamento. **Artigo publicado originariamente no Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/logincolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivivier/2014/01/1393513-xingamento.shtml>. Acesso em 9 set., 2018.

FERREIRA, Naura S. C. É possível humanizar a formação no mundo globalizado? Sim, é possível. In: \_\_\_\_\_. **A Gestão da Educação na Sociedade Mundializada: por uma nova cidadania**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-30.

FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta - Ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

FOLLADOR, K. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental**. Revista fato&versões, 2009.

FONTANARI, Rodrigo. Do signo ao mito – uma análise semiológica das capas de revista Men's Health e G Magazine. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v.40,n. 68,p. 66-74, jan./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GOMES, Wilson. A política de imagem. In: **Revista Fronteiras**, v.1, n.1, dez. 1999. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 144-175.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the New Left**. Berkeley: University of California Press, 1980.

GUAZINA, L. ; MACHADO, Fabiola . *Entrevista Maria Helena Weber (Mídia, Misoginia e Golpe)*. In: Elen Geraldês; Tania Ramos; Juliano Domingues; Liliâne Machado; Vanessa Negrini. (Org.). *Mídia, Misoginia e Golpe*. 1ed. Brasília: FAC-UnB, 2016, v. 1, p. 207-213.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. **Codificação/Decodificação**. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pp. 365-381.

HALL, Stuart; CHRISTCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **A produção social das notícias: Os mugging nos media**. IN: TRAKINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org). **Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. 2a ed, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2004.

HJELMSLEV, Louis. **Prolégomènes à une theorie du langage**. Tradução de Anne-Marie Leonard. Paris: Minuit, 1968.

LIMA, Elizabeth. A Construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero. **Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia**, v.11, n.1, São Paulo: USP, 1999.

MORIGI, Valdir. Teoria Social e Comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. Versão preliminar de palestra apresentada no **IV Interprogramas da COMPÓS**, Brasília de 28 a 29/10/2004.

OKIN, Susan. **Justice, gender, and the family**. New York, Basic Books, 1989.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POZZEBOM, Elina. Reelection de Dilma teve campanha marcada por reviravoltas. **Senado Federal**, 2014. Disponível em:  
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/reeleicao-de-dilma-teve-campanha-marcada-por-reviravoltas>>. Acesso em: 9 set. 2018.

PRADO, J. A. Convocação nas revistas e construção do a mais nos dispositivos midiáticos. **Matrizes**, v.3, p. 63-78, 2010.

QUERÉ, Louis. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos (entrevista). In: **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v.14, n.02, 2011a, p.176-183.

LANDOWSKI, E. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 27, p. 10-20, jun. 2014.

MANNA, Nuno. O que é a informação? In.: ANTUNES, Elton; LEAL, Bruno S.; VAZ, Paulo B. (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II**: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SILVEIRA, Ana. É tudo mesmo jornalismo? In.: ANTUNES, Elton; LEAL, Bruno S.; VAZ, Paulo B. (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Sociologia do Jornalismo**: as várias perspectivas que marcam as teorias da notícia a partir do estudo da sociedade. Santa Catarina: Insular, v.2, n.1, 2004.

STORCH, Laura. O Leitor Imaginado no Jornalismo de Revista: uma proposta metodológica. **Tese de Doutorado**. PPG em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

TACCA, F. Imagem Fotográfica: Aparelho, Representação e Significação. **Psicologia & Sociedade**, 2005, p.9-17.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VELLOSO, Monica. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera (org.). **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.43-110.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v.3, n. 12, p.11-26, set. 2009. Quadrimestral.

\_\_\_\_\_. Espaço público e acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. In.: **Revista Caleidoscópio**. Lisboa: Edições Universitárias, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação** (Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo), Lisboa: Ed. Presença, 1994.

